

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₅

EDIÇÃO N.º 49/2020

Unidade: Reitoria

Publicado em 03 de julho de 2020

Atos do Conselho Superior



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação: Antonio Paulo Vogel de Medeiros

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandro Ferreira de Souza

Reitora do IFRR: Sandra Mara de Paula Dias Botelho

Pró-Reitora de Administração: Regina Ferreira Lopes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Diogo Saul Silva Santos

Pró-Reitora de Ensino: Sandra Grützmacher

Pró-Reitor de Extensão: Nadson Castro dos Reis

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Fabiana Letícia Sbaraini

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Joseane de Souza Cortez

Diretor-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Eliezer Nunes Silva

Diretor-Geral do *Campus* Amajari: George Sterfson Barros

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Maria Aparecida Alves de Medeiros

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Leila Ghedin

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria

Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- **Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.**

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- **Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.**

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- **Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.**

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

Resolução 510/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 30 de junho de 2020.....5.

Resolução 511/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 30 de junho de 2020

Resolução 512/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 30 de junho de 2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Resolução 510/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 30 de junho de 2020.

APROVA AD REFERENDUM O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA-FIC DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a justificativa constante no processo n.º 23231.000187.2020-85,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, *Ad referendum* do Conselho Superior, o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Auxiliar Administrativo em Educação a Distância (EaD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 30 de junho de 2020.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sandra Mara de Paula Dias Botelho, REITOR - CD1 - REITORIA**, em 30/06/2020 15:10:17.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/06/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 31088

Código de Autenticação: c7f87b06fa





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Curso de Formação Inicial e Continuada
Auxiliar Administrativo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Amarildo Ferreira Júnior (Presidente)

Fernando Silva e Silva

Jullyandry Coutinho Viana dos Santos

Renato Fonseca de Assis Cunha



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

I. Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/RR/69.301-090
Telefone	(95) 3624-1224
Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do <i>Campus</i>	Evemilia Sousa
Coordenador do Projeto	Amarildo Ferreira Júnior
Site de Instituição	www.ifrr.edu.br

II. Dados do Campus

CNPJ	Não possui
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, <i>Campus</i> Avançado Bonfim
Endereço	Avenida Tuxaua Farias, Quadra G-01, Bairro 13 de Maio
Cidade/UF/CEP	Bonfim/RR/CEP: 69.380-000
Telefone	Não possui
Site de Instituição	http://bonfim.ifrr.edu.br/

III. Apresentação do Curso

Nome do Curso	Auxiliar Administrativo
Resolução de aprovação	
Classificação do Curso FIC	Formação Inicial (X) Formação Continuada ()
PROEJAFIC 200h (FIC)	PROEJA Ensino Fundamental () PROEJA Ensino Médio ()
Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios
Carga Horária Total	180 horas
Número de Vagas por Turma	35 estudantes
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental II (6º a 9º) Completo
Data Início e Término	03/08/2020 a 26/11/2020
Dias da semana	Segunda, terça, quarta e quinta.
Horário	14h00 às 17h30 / 18h30 às 22h00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Forma de Ingresso	Processo Seletivo
Turno	Vespertino/Noturno
Regime de Funcionamento	Presencial
Frequência de oferta	Semestral
Local das aulas	<i>Campus Avançado Bonfim</i>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA	5
3. OBJETIVOS DO CURSO	7
3.1. Objetivo Geral	7
3.2. Objetivos Específicos	7
4. PÚBLICO ALVO	7
5. REQUISITOS E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO	8
6. METODOLOGIA	8
7. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	10
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	10
8.1. Matriz Curricular	10
8.2. Ementário	11
9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	15
10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	16
11. PESSOAL DOCENTE	17
12. CERTIFICADO EXPEDIDO AOS CONCLUINTES DO CURSO	19
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20
14. APRECIÇÃO/APROVAÇÃO INTERNA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	21

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Auxiliar Administrativo, na modalidade presencial, com carga horária total de 180 (cento e oitenta) horas.

Este projeto de curso contextualiza e define as diretrizes pedagógicas para o referido curso no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Campus Avançado Bonfim* (IFRR/CAB).

De acordo a Resolução n.º 471 – Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019, que aprova a reformulação do regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do IFRR, os cursos FIC têm como finalidade a qualificação de jovens e trabalhadores, visando promover a formação inicial e continuada em atendimento às demandas do mundo do trabalho, conforme a realidade local, regional e nacional.

Nesse sentido, o Curso FIC em Auxiliar Administrativo busca promover educação profissional e tecnológica em perspectiva crítica, socialmente referenciada, criativa, cidadã e emancipatória, dispondo aos seus estudantes formação e qualificação para torná-los aptos ao atendimento das demandas por auxiliares administrativos nas diferentes organizações locais.

2. JUSTIFICATIVA

Seguindo as orientações estabelecidas pela Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), atualizada pela Lei n.º 11.741/08 (BRASIL, 2008), o IFRR/CAB orienta a elaboração de seus projetos de curso em consonância com as especificidades próprias à localidade e adjacências de onde está instalado, visando, desse modo, respeitar as demandas sociais locais e regionais e considerar, em suas ações e projetos, as dinâmicas culturais, econômicas e sociais e as necessidades delas decorrentes.

A oferta de um Curso FIC em Auxiliar Administrativo se enquadra à realidade do município de Bonfim (Roraima), atrelando a motivação de subsidiar a qualificação profissional à atuação no mundo do trabalho, seja na sede do município, seja em municípios circunvizinhos e, também, na República Cooperativista da Guiana, país que faz fronteira com o Brasil e que recebe, na cidade fronteiriça de Lethem, parte

da população de Bonfim para atuar profissionalmente em empresas do comércio local.

Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN, 2014), o município de Bonfim possui uma economia distribuída, conforme ordem de participação no Produto Interno Bruto (PIB), em Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (52,56% do PIB), Agropecuária (30,63% do PIB), Serviços (10,18% do PIB), Indústria (4,68% do PIB) e Impostos (1,94% do PIB).

Além disso, o município faz parte de Área de Livre Comércio (ALC) criada pela Lei Federal nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, e regulamentada pelo Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008, a qual tem por objeto promover o desenvolvimento dessa região por meio do fortalecimento das relações comerciais entre as cidades e os países envolvidos e também pelos incentivos fiscais para implantação de indústrias.

Diante desse cenário de potencial desenvolvimento econômico, o IFRR/CAB passou, a partir de 2015, a ofertar regularmente os cursos Técnicos em Administração Subsequente, o qual foi aprovado por meio da Resolução nº 222 – Conselho Superior, de 2 de junho de 2015, e Comércio Exterior Subsequente. No decorrer dessa atuação no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, área de Administração, foi identificada a necessidade de atender a demanda por qualificação de sujeitos que requerem oportunidades de iniciar formação na referida área, o que justifica a apresentação deste PPC do Curso FIC em Auxiliar Administrativo.

Ademais, a proposição de cursos FIC na área de Administração, a começar por este Curso em Auxiliar Administrativo, também possui relevância por concretizar a diretriz pedagógica de fomentar o princípio da verticalização do ensino conforme os eixos tecnológicos do *Campus*, segundo expõe o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) do IFRR.

É importante destacar que a oferta de cursos FIC contribui para a realização da missão do IFRR de “promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável” (IFRR, 2019, p. 27). Com isso, a implantação deste PPC torna-se significativa por possibilitar ingressos no mundo do trabalho em condições mais adequadas para os egressos do curso, contribuindo para a redução dos índices de desemprego, informalidade e/ou precariedade laboral, e em conformidade com as demandas

apresentadas pelas organizações.

Neste sentido, o Curso FIC em Auxiliar Administrativo justifica-se por contribuir para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade. O Auxiliar Administrativo estará habilitado a se inserir no mundo do trabalho sendo capaz de desempenhar as rotinas básicas de um escritório, estabelecer um compromisso com a organização e a equipe de trabalho para desenvolver suas competências baseado nos objetivos organizacionais, sempre com ética e respeito.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

Proporcionar aos estudantes conhecimentos teóricos e práticos sobre os princípios e as técnicas de administração e sua aplicação no mundo do trabalho, permitindo-lhes atuar na execução de processos administrativos e em atividades de apoio às diferentes áreas organizacionais de forma cidadã e pró-ativa.

3.2. Objetivos Específicos

- a) Apresentar os processos administrativos do contexto organizacional nas áreas de recursos humanos, comunicação, finanças, produção e serviços, logística e vendas;
- b) Estimular a aplicação prática dos princípios administrativos e técnicas de administração em diferentes contextos organizacionais;
- c) Qualificar os estudantes à realização de funções de apoio, execução e controle administrativo em organizações, orientando-os ao atendimento de fornecedores e clientes;
- d) Promover a ética profissional, estimulando a análise da dinâmica das relações humanas no ambiente de trabalho.

4. PÚBLICO ALVO

O Curso FIC em Auxiliar Administrativo, na modalidade presencial, é destinado a pessoas que desejem atuar, atuem ou busquem se aperfeiçoar na área que tenham, no mínimo, o Ensino Fundamental II (6º a 9º) Completo.

5. REQUISITOS E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO

O ingresso de estudantes ao Curso FIC em Auxiliar Administrativo ocorrerá por meio de edital de processo seletivo público, classificatório e não eliminatório aberto à comunidade, conforme define a Resolução n.º 471 – Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019. A responsabilidade para a elaboração do referido edital será da Direção de Ensino, Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão (DEPEX) do *Campus*, que também se responsabilizará por publicá-lo e dar-lhe ampla divulgação.

Os critérios de seleção dos candidatos serão definidos no referido edital e deverão respeitar o pré-requisito básico de possuir o Ensino Fundamental II (6º a 9º ano) – Completo. Ademais, o edital de seleção deverá apresentar os seguintes itens:

- I. Nome do curso, resolução de aprovação do curso pelo Conselho do IFRR, período de inscrição, cronograma, carga horária, número de vagas, público-alvo e requisitos mínimos para ingresso, entre outros, de acordo com as peculiaridades de cada curso;
- II. As etapas de seleção, que podem envolver, quando for o caso, entrevistas, aplicação de questionários, sorteios, análise socioeconômica ou comprovantes de competências;
- III. A documentação necessária para a participação no processo de seleção; e
- IV. As demais informações tidas como essenciais para garantir a transparência da seleção (IFRR, 2019, s. p.).

Desse modo, os candidatos que vierem a participar do processo de seleção deste curso FIC deverão entregar os documentos solicitados no edital para esse fim, dentro dos prazos preestabelecidos no cronograma do processo seletivo, e, caso sejam selecionados, deverão matricular-se na Coordenação de Registros Escolares (CORES) do *Campus*, sendo-lhes vedado o trancamento de matrícula.

6. METODOLOGIA

O desenvolvimento do currículo deste Curso FIC em Auxiliar Administrativo orienta-se pelo princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e assume o trabalho como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base de sua abordagem metodológica, a qual se orienta à flexibilidade e desenvolvimento de ações integradoras que visam à interdisciplinaridade e viabilizam a formação do cidadão em sua totalidade (IFRR, 2019).

O desenvolvimento do Curso FIC em Auxiliar Administrativo será baseado, desse modo, em aulas presenciais, teóricas e práticas, com atividades dinâmicas e interativas, reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, visando participação do estudante no processo ensino-aprendizagem. Logo, a fim de permitir o desenvolvimento das competências e habilidades, os docentes poderão utilizar da combinação de várias estratégias didático-pedagógicas, conforme preconiza a Organização Didática em vigor (IFRR, 2018), entre as quais:

- I. Aula expositiva dialogada (com esquemas e suportes visuais);
- II. Aula prática;
- III. Estudo de caso;
- IV. Resumos;
- V. Estudo dirigido;
- VI. Lista de discussão por meios informatizados;
- VII. Filmes;
- VIII. Uso de tecnologias de informática;
- IX. Solução de problemas;
- X. Resolução de exercícios;
- XI. Grupo de Trabalho (GT)/Seminário;
- XII. Dramatização;
- XIII. Seminário;
- XIV. Discussões e debates;
- XV. Pesquisa direcionada;
- XVI. Visitas técnicas;
- XVII. Dinâmica em grupo;
- XVIII. Projeto de extensão;
- XIX. Projeto integrador.

A seleção das estratégias dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino a ser entregue por cada docente, de forma que o processo de ensino favoreça o conhecimento obtido de forma individual e em grupo, e que potencialize todas as possibilidades do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa.

Considerando que todo indivíduo possui experiências constituídas por meio das diversas vivências em sociedade, é importante que os docentes conheçam os

saberes e as habilidades que os estudantes desenvolvem em função do seu trabalho no dia a dia e no seu cotidiano.

Para tanto, o professor será dotado de autonomia de empregar ações que possibilitem a organização e o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas, com foco principal no aprendizado dos discentes e em aspectos básicos, como a adequação aos objetivos estabelecidos para o ensino e a aprendizagem; as características dos estudantes (faixa etária, nível de desenvolvimento mental, grau de interesse, expectativas de aprendizagem e experiências de vida); a natureza do conteúdo a ser ensinado e o tipo de aprendizagem a efetivar-se; e o tempo e as condições físico-estruturais disponíveis.

7. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Considerando a abrangente e variada área de atuação do Auxiliar Administrativo, o profissional egresso do Curso FIC em Auxiliar Administrativo estará apto a executar processos administrativos e atividades de apoio em recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas, além de atender fornecedores e clientes, fornecer e receber informações sobre produtos e serviços, e tratar documentos variados (BRASIL, 2016).

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1. Matriz Curricular

Considerando os objetivos do Curso FIC em Auxiliar Administrativo de formar, qualificar, requalificar e possibilitar tanto atualização quanto aperfeiçoamento profissional a cidadãos inseridos em atividades produtivas ou que almejam obter, a partir da realização do curso, essa inserção, este curso está organizado em uma matriz curricular elaborada a partir das competências e habilidades necessárias ao alcance do que se estabeleceu anteriormente como Perfil Profissional na Área de Atuação.

Desse modo, a referida matriz é organizada em componentes curriculares em regime modular com carga horária total de 180 (cento e oitenta horas), totalizando 06 (seis) disciplinas distribuídas em 01 (um) módulo, conforme Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 Demonstrativo dos Componentes e Carga Horária

EIXO TECNOLÓGICO: Gestão e Negócios	
Componentes Curriculares	Carga Horária
Administração de Pessoas e Rotinas Trabalhistas	20
Contabilidade Geral e de Custos	15
Gestão de Materiais	20
Informática Básica e suas Aplicações Tecnológicas	30
Noções Básicas de Técnicas de Arquivo	20
Noções de Gestão Financeira	15
Práticas Administrativas	30
Redação Oficial e Empresarial	20
Vendas e Atendimento ao Público	10
TOTAL	180

8.2. Ementário

Componente Curricular: Administração de Pessoas e Rotinas Trabalhistas	Carga Horária: 20 horas
Ementa: Desenvolvimento de atividades pertinentes às áreas de recursos humanos e departamento de pessoal. Relações humanas, recrutamento e seleção, noções de legislação e rotinas trabalhistas.	
Bibliografia Básica	
CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração : uma visão abrangente da moderna administração das organizações: edição compacta. 10 ^o ed. rev. e atualizada. São Paulo: Atlas, 2020.	
FIDELIS, G. J. Gestão de pessoas : Rotinas trabalhistas e dinâmicas do departamento de pessoal. 5 ^a Ed. Editora Érica. 2018.	
PONTELO, J.; CRUZ, L. Gestão de pessoas : manual de rotinas trabalhistas. 2. ed. Brasília: Senac/DF, 2013.	
Bibliografia Complementar	
ARAUJO, L. C. G de; GARCIA, A. A. Gestão de pessoas : Estratégias e Integração Organizacional. São Paulo: Atlas, 2009.	
COSTA, R. de L. Rotinas Trabalhistas : departamento pessoal modelo de A a Z. São Paulo: CENOFISCO, 2012.	
PONTES, B. R. Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal . São Paulo: LTR, 2010.	
SILVA, M. L. Administração de Departamento pessoal . 14 ed. Atual. São Paulo: Erica, 2015.	

Componente Curricular: Contabilidade Geral e de Custos	Carga Horária: 15 horas
Ementa: Contabilidade: histórico, método e características. Conceitos e técnicas de apuração de custos; Custos como ferramenta de controle; Custos, volume e lucro.	
Bibliografia Básica	
CREPALDI, S. A. Curso Básico de Contabilidade de Custos . 4 ^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.	

FERREIRA, R. Contabilidade Básica . 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ferreira, 2011.
FERRARI, Ed Luiz. Contabilidade Geral . São Paulo: Impetus, 2013.
Bibliografia Complementar
RIBEIRO, O. M.. Contabilidade básica fácil . São Paulo, São Paulo: Saraiva, 2009.
DUBOIS, A; KULPA, L; SOUZA, L. E. Gestão de Custos e Formação de Preços : Conceitos, Modelos e Instrumentos: Abordagem do Capital de Giro e da Margem de Competitividade. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
SANTOS, J. L. et al. Fundamentos de Contabilidade de Custo . São Paulo: Atlas, 2006.
MARTINS, E. Contabilidade de Custo . 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Componente Curricular: Gestão de Materiais	Carga Horária: 20 horas
Ementa: Fundamentos da Gestão de Materiais. O sistema de administração de material e seus subsistemas de normalização. Gestão e controle de estoque. Aquisição/compras e armazenamento/almojarifado.	
Bibliografia Básica	
BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos : planejamento, organização e logística. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.	
DIAS, M. A. P. Administração de materiais : princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.	
VIANA, J. J. Administração de Materiais . Um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2001.	
Bibliografia Complementar	
ALT, P. R. C. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. São Paulo: Saraiva 2009.	
DIAS, M. A. P. Administração de materiais : uma abordagem logística. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.	
GURGEL, F. A. Administração de materiais e do patrimônio . São Paulo: Cengage Learning, 2012.	
PAOLESCHI, B. Estoques e Armazenagem . São Paulo: Erica, 2014.	
POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais : uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	

Componente Curricular: Informática Básica e suas Aplicações Tecnológicas	Carga Horária: 30 horas
Ementa: Fundamentos da Informática: histórico e evolução. Compreensão do funcionamento de um computador. Conhecimentos de editores de texto, planilhas eletrônicas e softwares de apresentação. Introdução à Rede de computadores. Internet: definição, risco e sua aplicabilidade no mundo de pesquisa e no trabalho.	
Bibliografia Básica	
ARAUJO, Ismael Souza. Sistemas operacionais Windows . Brasília, DF: NT Editora, 2014.	
CASTELLS, M. A. Sociedade em rede . 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.	
NORTON, Peter. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 2007.	
Bibliografia Complementar	
ALCALDE LANCHARRO, Eduardo; GARCIA LOPEZ, Miguel; PENUELAS FERNANDEZ, Salvador. Informática básica . São Paulo: Makron Books, 2004.	
CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.	

CORNACCHIONE JUNIOR, Edgard Bruno. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da Informação aplicada a Sistemas de Informação Empresariais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VELLOSO, Fernando de C. **Informática: conceitos básicos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Componente Curricular: Noções Básicas de Técnicas de Arquivo	Carga Horária: 20 horas
Ementa: Classificação dos documentos. Ciclo de vida dos documentos. Tabela de temporalidade. Tipos de arquivo e materiais de consumo em arquivística. Métodos de arquivamento básicos e padronizados.	
Bibliografia Básica	
MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, S. Manual da secretária . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
PAES, M. L. Arquivo : teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.	
SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos : Princípios e Técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.	
Bibliografia Complementar	
BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes : tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.	
CASTRO, A. M.; CASTRO, A. M.. Arquivos : físicos e digitais. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.	
MARIZ, A. C. A. A informação na internet : arquivos públicos brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.	
BARTALO, L.; MORENO, N. A. Gestão em arquivologia : abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008.	
LOPES, A. M. N. et. al. Restauração e conservação de documentos . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 1998.	

Componente Curricular: Noções de Gestão Financeira	Carga Horária: 15 horas
Ementa: Conceitos básicos e funções da administração financeira. Estrutura financeira da empresa. Análise do ponto de equilíbrio das operações. Demonstrações Financeiras e sua análise. Fluxos de caixa e planejamento financeiro.	
Bibliografia Básica	
BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, Michael. C. Administração financeira : teoria e prática. São Paulo: Cengage, 2006.	
GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira . São Paulo: Adson Wesley do Brasil, 2010.	
LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. Administração financeira : princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.	
Bibliografia Complementar	
DUBOIS, A; KULPA, L; SOUZA, L. E. Gestão de Custos e Formação de Preços : Conceitos, Modelos e Instrumentos: Abordagem do Capital de Giro e da Margem de Competitividade. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira : 12. ed. São Paulo: Pearson, 2012.	
PEREZ JR, J. H. et al. Gestão estratégica de custos . 6. ed. São Paulo, Atlas: 2009, p. 367 - 372.	
SILVA, J. P. Análise financeira das empresas . São Paulo: Atlas. 2006.	

Componente Curricular: Práticas Administrativas	Carga Horária: 30 horas
Ementa: O Auxiliar Administrativo no mundo do trabalho: Desafios e perspectivas. Rotinas administrativas. Grupos e Equipes nas Organizações. Ferramentas aplicadas à Administração.	
Bibliografia Básica	
MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.	
MOSCOVICI, F. Desenvolvimento interpessoal : treinamento em grupo. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.	
SOBRAL, F.; PECCI, A. Administração : teoria e prática no contexto brasileiro 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.	
Bibliografia Complementar	
LACOMBE, F. J. M. Teoria geral da administração . São Paulo: Saraiva, 2012.	
LEI n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências .	
KWASNICKA, E. L. Introdução à administração . 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.	
VIEIRA, M. M. F. Teoria Geral da Administração . Rio de Janeiro: FGV, 2012.	
OLIVEIRA, D. P. R. Teoria geral da administração : uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.	

Componente Curricular: Redação Oficial e Empresarial	Carga Horária: 20 horas
Ementa: Características e produção, texto administrativo e a linguagem oficial aplicada na produção de documentos, correspondências oficiais e empresariais.	
Bibliografia Básica	
BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa – Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Petrópolis: Lucerna, 2010.	
BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. Correspondência : linguagem & comunicação. São Paulo: Atlas, 2002.	
TOMASI, C.; MEDEIROS, J. B. Comunicação empresarial . São Paulo: Atlas, 2010.	
Bibliografia Complementar	
BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República . 3. ed. rev. atual. e amp. Brasília: Presidência da República, 2018.	
BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Manual de Redação . Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.	
BUSUTH, M. F. Redação técnica empresarial . 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.	
CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Gramática – Texto, Reflexão e uso. 5. ed. São Paulo: Atual, 2016.	
GOLD, M. Redação Empresarial . São Paulo, Editora Pearson, 2010.	

Componente Curricular: Vendas e Atendimento ao Público	Carga Horária: 10 horas
Ementa: Noções básicas de vendas e atendimento aos públicos interno ou externo. Código de defesa do consumidor.	
Bibliografia Básica	
CHIAVENATO, I. Administração : Teoria, processo e prática. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro:	

Manole, 2014.

LOVELOCK, C.; WIRTZ, J.; HEMZO, M. A. **Marketing de serviços**: pessoas, tecnologia e estratégia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MACHADO, A. C. da C. FRONTINI, P. S. **Código de Defesa do Consumidor Interpretado**. São Paulo: Manole, 2013.

Bibliografia Complementar

CLARK, G; JOHNSTON, R. **Administração de operações de serviço**. São Paulo: Atlas, 2002.

FITZSIMMONS, A.; FITZSIMMONS, J. **Administração de Serviços**: Operações, Estratégia e Tecnologia da Informação. AMGH Editora, 2014.

HOFFMAN, K.; BATESON, J.; IKEDA, A.; CAMPOMAR, M. **Princípios de marketing de serviços**: conceitos, estratégias, casos. Cengage Learning, 2010.

GIANESI, I. G. N.; CORRÊA, H. L. **Administração estratégica de serviços**: operações para a satisfação do cliente. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem tem como parâmetro os princípios do projeto político-pedagógico institucional, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFRR e o perfil de conclusão do Curso.

A recuperação e avaliação do processo de ensino-aprendizagem do curso obedecerão às normas estabelecidas na legislação vigente e na Organização Didática do IFRR. O processo da avaliação, incluindo o planejamento de Atividades de Recuperação da Aprendizagem, reforço escolar, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas propostas em conformidade com a Organização Didática, será planejado e executado pelos docentes e permanentemente acompanhado pelo Coordenador de Curso e profissionais técnico-pedagógicos.

A avaliação educacional constitui-se em instrumento de análise que permite verificar a proposta político-educacional do IFRR. O processo deverá ser dinâmico, amplo, qualificando e subsidiando o reencaminhamento da ação, possibilitando consequências no sentido da construção dos resultados que se deseja. A avaliação da aprendizagem analisa os conhecimentos dos discentes nas áreas cognitiva e afetivo-social, favorecendo a compreensão dos avanços, dos limites e das dificuldades que estão encontrando para atingir os objetivos do Curso, nos componentes curriculares e nas atividades que estão participando.

Desse modo, conforme estabelece a Resolução n.º 471 – Conselho Superior,

de 17 de outubro de 2019, a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deverá ocorrer:

- I. No início do curso, de forma diagnóstica, para subsidiar a prática do docente;
- II. Ao longo do curso, de forma a redimensionar a prática do docente e orientar as estratégias de aprendizagem do estudante;
- III. De forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- IV. Por meio da combinação de no mínimo dois e no máximo cinco dos seguintes instrumentos:
 - a) Observação contínua;
 - b) Elaboração de portfólio;
 - c) Trabalhos individuais e/ou coletivos;
 - d) Avaliações escritas;
 - e) Resolução de exercícios;
 - f) Desenvolvimento e apresentação de projetos;
 - g) Relatórios;
 - h) Provas práticas;
 - i) Provas orais;
 - j) Visita técnica (IFRR, 2019, s. p.).

Além dos instrumentos referentes à verificação do conhecimento específico, o processo de avaliação também deverá considerar a prática de aspectos atitudinais, que corroboram com a formação geral do estudante, como comportamento; assiduidade e pontualidade; proatividade; valores morais e éticos; e espírito de solidariedade, companheirismo, respeito ao outro e ao bem comum.

A avaliação da aprendizagem do curso será expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se uma casa decimal. Será considerado aprovado por média o estudante que obtiver nota igual ou superior a 7,0 e frequência igual ou superior a 75% da carga horária total do curso, sendo efetuado o registro no Diário de Classe, devendo, os estudantes com menor rendimento de aprendizado, ser submetidos à recuperação de forma paralela, numa concepção de avaliação da aprendizagem processual, contínua, cumulativa e formativa.

10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Para atender aos setores constantes no organograma do CAB, as instalações do *Campus* estão especificadas na Diretoria de Administração e Planejamento e na Diretoria de Ensino, Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão, dispondo dos seguintes ambientes:

- I. Biblioteca;
- II. Sala compartilhada para os Professores;

- III. Sala de Pesquisa para os Professores;
- IV. Sala para as Coordenações de Cursos;
- V. Sala para a Equipe Técnica-Pedagógica;
- VI. Sala da Coordenação de Registros Escolares (CORES);
- VII. Uma copa e um refeitório.

Esses ambientes contam com os seguintes equipamentos:

- I. 5 (cinco) projetores multimídia;
- II. 3 (três) televisores;
- III. 42 (quarenta e dois) computadores desktop;
- IV. 7 (sete) notebooks;
- V. 5 (cinco) impressoras com scanner.

A Biblioteca do CAB possui uma área de 56,75 m², divididos em três ambientes: área do acervo geral, área administrativa do bibliotecário, área de atendimento ao usuário e ambientes para pesquisa individual e em grupo.

O acervo é composto por aproximadamente 1.416 (um mil, quatrocentos e dezesseis) exemplares cadastrados e disponíveis para uso, sendo cada vez mais crescente este número em razão de doações e aquisições.

O salão de pesquisa em grupo possui uma mesa e oito cadeiras; a pesquisa individual pode ser realizada em uma das seis cabines individuais disponíveis, cada qual com uma cadeira, contando, ainda, com tomadas de energia para uso dos pesquisadores. A área de pesquisa virtual possui três computadores em funcionamento, conectados à rede mundial de computadores e disponíveis para pesquisas e elaboração de trabalhos.

11. PESSOAL DOCENTE

O corpo docente do Curso FIC em Auxiliar Administrativo será composto pelos ocupantes do cargo de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do IFRR/CAB com formação pertinente ao curso, apresentados no Quadro 2 a seguir, e daqueles que venham a compor o quadro de servidores do *Campus* por contratação por meio de posse em concurso público ou processo seletivo ou que venham removidos/distribuídos de outras unidades/instituições.

Quadro 2 Pessoal Docente necessário ao funcionamento do curso

	Descrição	Carga Horária do Componente Curricular	Quantidade
1	Bacharel ou Licenciado em Pedagogia ou Administração e áreas afins	20	1
2	Bacharel ou Licenciado em Ciências Contábeis	15	1
3	Bacharel ou Licenciado em Administração ou Ciências Contábeis e áreas afins	20	1
4	Bacharel ou Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Ciência da Computação ou Sistema de informação e áreas afins	30	1
5	Bacharel em Secretariado Executivo e áreas afins	20	1
6	Bacharel ou Licenciado em Ciências Contábeis ou Ciências Econômicas	15	1
7	Bacharel em Administração ou Secretariado Executivo e áreas afins	30	1
8	Licenciado em Letras	20	1
9	Bacharel em Administração ou Secretariado Executivo e áreas afins	10	1
Total de docentes necessários			9

Além dos docentes, os servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) do IFRR também podem exercer docência no Curso FIC em Auxiliar Administrativo, desde que apresentem diploma de nível superior na área de formação pertinente ao curso, com obrigatoriedade de assinatura de Termo de Adesão ao Serviço Voluntário e com atuação restrita a até dois componentes curriculares no respectivo curso FIC (IFRR, 2019). Eventualmente, parceiros institucionais poderão ministrar aulas para completar a carga horária prevista neste PPC, devendo, para tanto, atender aos mesmos requisitos previstos aos TAEs.

Para seu desenvolvimento, o curso também deverá contar com o apoio, nas áreas inerentes aos cargos ocupados, dos servidores técnicos apresentados nos Quadros 3 e 4 a seguir.

Quadro 3 Perfil profissional de pessoal técnico-administrativo

Nome	Cargo
Clinton Júnior Jorge	Técnico em Secretariado
Fredson Baraúna Bento	Técnico em Contabilidade
Greg Silvério Gondim Sales	Auxiliar de Biblioteca
Jullyandry Coutinho Viana dos Santos	Tradutora e Intérprete de Linguagem de Sinais
Larissa Oliveira Lira	Psicóloga
Maria da Conceição Moraes de Oliveira	Assistente em Administração
Myriellen Cardoso da Silva	Assistente de Aluno
Renan Ponciano do Nascimento Dias	Tecnólogo em Gestão Pública
Renato Fonseca de Assis Cunha	Bibliotecário - Documentalista

Quadro 4 Perfil profissional de pessoal técnico-pedagógico

Nome	Cargo
Fernando Silva e Silva	Técnico em Assuntos Educacionais
Holtton Bruno Schuertz Alves	Técnico em Assuntos Educacionais

12. CERTIFICADO EXPEDIDO AOS CONCLUINTES DO CURSO

Os estudantes que concluírem o curso e obtiverem a frequência mínima de 75% e um aproveitamento mínimo de 70% nos componentes curriculares receberão o ***Certificado de Qualificação Profissional em: Auxiliar Administrativo.***

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Pronatec de Cursos FIC**. 4. ed. Brasília/DF: MEC, 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n.º 6.614, de 23 de outubro de 2008**. Regulamenta a Lei no 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 8.256, de 25 de novembro de 1991**. Cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima e dá outras providências.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2019-2023**. 2019.

_____. **Resolução n.º 471 – Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019**. Aprova a reformulação do regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do IFRR.

_____. **Resolução n.º 338, de 1º de fevereiro de 2018**. Aprova a reformulação da organização didática do IFRR.

_____. **Resolução n.º 222, de 2 de junho de 2015**. Aprova a Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Administração Subsequente do IFRR/CÂMPUS AVANÇADO DO BONFIM.

SEPLAN. **Informações Socioeconômicas do Município de Bonfim – RR 2014**. 4. ed. Boa Vista: DIEP/SEPLAN, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B4pFSFeFTRcjUktMeDhodVdQTVE>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

14. APRECIÇÃO/APROVAÇÃO INTERNA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

PARECER DA DIRETORIA / COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DO *CAMPUS*

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a Política de Extensão do IFRR é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto Pedagógico de Curso.

Justificativa: _____

Data:

Assinatura

PARECER DA DIRETORIA / COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO *CAMPUS*

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a dotação financeira e orçamentária deste *Campus*, é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto Pedagógico de Curso.

Justificativa: _____

Data:

Assinatura

PARECER DA DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS*

Esta Direção Geral, considerando os pareceres anteriores é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto Pedagógico de Curso.

Justificativa: _____

Data:

Assinatura

Documento Digitalizado Público

Projeto Pedagógico do Curso FIC_Auxiliar Administrativo

Assunto: Projeto Pedagógico do Curso FIC_Auxiliar Administrativo
Assinado por: Evemilia Sousa
Tipo do Documento: Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Evemilia Sousa, DIRETOR - CD3 - DIEPEI (CAB)**, em 29/05/2020 15:22:05.

Este documento foi armazenado no SUAP em 29/05/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1114

Código de Autenticação: 6c308f0996





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Resolução 511/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 30 de junho de 2020.

APROVA AD REFERENDUM O REGULAMENTO DO RELACIONAMENTO ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR) E SUAS FUNDAÇÕES DE APOIO

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a justificativa constante no processo n.º 23231.000229.2020-88,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, *Ad referendum* do Conselho Superior, o Regulamento do relacionamento entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e suas fundações de apoio, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 30 de junho de 2020.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sandra Mara de Paula Dias Botelho, REITOR - CD1 - REITORIA**, em 30/06/2020 20:01:19.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/06/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 31295

Código de Autenticação: 5709ecb110





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

**Regulamento de relações entre o Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima e as fundações de apoio**

Dispõe sobre o regulamento do relacionamento entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e suas fundações de apoio.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art 1º Este regulamento normatiza o relacionamento entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e as fundações de apoio.

Art 2º As fundações de apoio ao IFRR deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pelo Código Civil Brasileiro, pela Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994, Decreto no 7.423, de 31 de dezembro de 2010, Decreto nº 8.240, de 21 de maio de 2014, Decreto no 8.241, de 21 de maio de 2014, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei no 12.349, de 15 de dezembro de 2010, Lei no 13.243, de 11 de janeiro de 2016, Decreto no 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, e por estatutos cujas normas disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência, e sujeitas, em especial:

I - à fiscalização pelo Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil;

II - à legislação trabalhista; III - ao prévio registro e credenciamento no Ministério da Educação (MEC) e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), renovável quinquenalmente;

IV - às resoluções do Conselho Superior (Consup) do IFRR;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

V - ao controle finalístico realizado com foco nos resultados.

Art 3º Nos termos do art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, o IFRR poderá celebrar convênios e contratos, conforme o inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária a execução desses projetos.

Parágrafo único. As fundações de apoio ao IFRR devem estar registradas e credenciadas junto ao MEC/MCTIC, em consonância com os artigos 3o, 4o, e 5o do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e da Portaria Interministerial MEC/MCTI no 3.185/2004.

CAPÍTULO II
DOS PROJETOS

Seção I
Da Classificação dos
Projetos segundo a sua Natureza

Art 4º Para os fins deste regulamento, os projetos são classificados, segundo sua natureza, na forma a seguir:

I - projeto de ensino: tem como objetivo desenvolver cursos e treinamentos para atender necessidades específicas de instituições parceiras ou para oferta não-regular, em atendimento às demandas da sociedade, com tempo determinado.

II - projeto de pesquisa aplicada ou de inovação: desenvolvido com objetivo de gerar conhecimento e/ou soluções na forma de produtos, serviços ou processos para demandas das organizações empresariais, sociais ou governamentais, visando elevar a eficiência, a efetividade, a eficácia, a qualidade, a produtividade e a competitividade.

III - projeto de extensão: projeto executado por meio da interação com os diversos setores da sociedade, visando ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento, bem como à atuação do IFRR na realidade social, por meio de ações



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

de caráter educativo, social, artístico, empreendedor, cultural, científico e tecnológico e que tratem de temáticas como meio-ambiente, direitos humanos, saúde, trabalho, comunicação, extensão tecnológica para transferência e difusão de tecnologia, dentre outras.

IV - projeto de desenvolvimento institucional: programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições do IFRR, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de projetos específicos.

V - projeto de desenvolvimento científico e tecnológico: desenvolvido com o objetivo de fomentar e promover atividades científicas e tecnológicas nas diversas áreas do conhecimento humano, bem como realizar estudos de ciência, tecnologia e inovação (estudos de CT&I) em áreas estratégicas, visando ao progresso do conhecimento técnico-científico.

§ 1º As informações a serem exigidas nos projetos para classificação e subclassificação quanto a sua natureza estão especificadas no Anexo I.

§ 2º A classificação quanto à natureza dos projetos será de responsabilidade do coordenador, que a atestará por meio dos procedimentos normatizados pelo IFRR, devendo, em seguida, ser homologada pela Pró-Reitoria competente.

Seção II

Da Classificação dos Projetos segundo a Fonte de Recursos

Art 5º Os projetos são classificados segundo as fontes de recursos para o financiamento das ações, nos seguintes tipos:

I - Tipo A: quando o IFRR celebrar convênios e contratos com fundação de apoio para, por prazo determinado, apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, podendo os recursos serem captados e recebidos sem ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional (art. 1º, *caput*, e § 1º, art. 3º, § 1º da Lei 8.958, de 1994).

II - tipo B: quando o IFRR celebrar convênios e contratos com fundação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

de apoio para a gestão administrativa e financeira de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com recursos do próprio orçamento, provenientes de suas dotações orçamentárias anuais, de Termos de Execução Descentralizada de órgãos e/ou entidades integrantes do orçamento da União (art. 9º e 9º - A da Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 e art. 12-A, inciso I, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007) ou por meio de convênios celebrados com Estados e Municípios (art. 1º, § 3º, do Decreto 6.170/2007).

III - tipo C: quando envolver a celebração de convênios e contratos tripartites entre o IFRR (interveniente executor), a fundação de apoio (contratada) e as seguintes instituições contratantes: FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), CNPq, FAPES, outras agências de fomento, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas (art. 1º-A da Lei 8.958/1994 c/c art. 3º-A da Lei 10.973/2004); as organizações sociais e entidades privadas (art. 1º-B da Lei 8.958/1994); e demais entidades governamentais.

§ 1º Enquadram-se, também, na modalidade tipo A, os projetos de ensino, pesquisa e extensão que envolvam prestação de serviços por parte dos servidores do IFRR, nos quais a fundação de apoio capte recursos financeiros e obtenha a colaboração de servidores, nos termos do art. 21, inciso XI, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, com ulterior formalização dos respectivos projetos pelas instâncias competentes do IFRR.

§ 2º Para efeito do § 1º do art. 3º da Lei 8.958/1994, fica autorizada a fundação de apoio captar e receber diretamente os recursos financeiros necessários à formação e à execução de projetos aprovados pelo *campus* de lotação do seu coordenador (projetos tipo A e C), com ulterior formalização pelas demais instâncias competentes do IFRR.

§ 3º Entende-se por projetos em parceria aqueles executados em colaboração com instituições públicas e/ou privadas, cuja titularidade de propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes sejam compartilhadas em proporção estabelecida nos acordos de parceria ou nos Convênios ECTI (Convênios de Ensino, Ciência, Tecnologia e Inovação), conforme estabelece o art. 10, inciso XIII, do Decreto nº 8.240/2014, art. 9º, § 2º, da Lei 10.973/2004 e art. 6º, § 1º, da Lei no 8.958/1994.

§ 4º Os projetos tipo D, além de observarem as normas instituídas por este regulamento, estarão sujeitos às determinações estabelecidas no Decreto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

8.240/2014.

Seção III
Da Formalização, Tramitação e Aprovação dos Projetos

Art 6º Os projetos de ensino, pesquisa aplicada e inovação, extensão e de desenvolvimento científico e tecnológico a serem desenvolvidos, devem seguir as normas de registro de projetos do IFRR e estar, obrigatoriamente, aprovados pela Direção-Geral do *Campus* ou pela Pró-Reitoria em que se encontra lotado o seu coordenador.

§ 1º Os projetos referidos no *caput* deverão tramitar formalmente no IFRR, via processo administrativo eletrônico.

§ 2º A Direção-Geral do *Campus* ou a Pró-Reitoria a que se refere o *caput* deste artigo poderá consultar instâncias competentes a fim de subsidiar a decisão sobre a aprovação do projeto a ser desenvolvido.

§ 3º A Direção-Geral ou Pró-Reitoria deverá anexar cópia dos atos de aprovação e demais informações sobre os projetos no processo administrativo em tramitação.

§ 4º Nos casos de projeto de pesquisa aplicada e inovação, e projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, que demandem atenção especial em relação ao sigilo, devidamente comprovado, poderá ser submetido apenas o resumo, no qual deverão constar os dados básicos do projeto, tais como: órgão financiador, pesquisadores participantes, orçamento financeiro, objetivos e atividades que justifiquem a sua classificação quanto à natureza do projeto (§ 1º, do art. 17 e inciso VI, do art. 23, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

§ 5º Nos casos de autorização institucional pela Reitoria para a participação em editais públicos, chamadas públicas ou outras formas de financiamento externo, a proposta de projeto ou pré-projeto deverá ser analisada e avaliada pela Pró-Reitoria competente, sendo posteriormente submetido ao Reitor para aprovação.

§ 6º Caso a Direção-Geral ou a Pró-Reitoria de lotação do coordenador do projeto, ouvidas as suas coordenações, não se manifestar ou indeferir a solicitação, este poderá recorrer às instâncias superiores da Instituição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Art 7º Além das disposições do art. 3º deste regulamento, a formalização, tramitação e aprovação dos projetos de pesquisa e de extensão no âmbito do IFRR devem seguir as normas específicas, quando aplicáveis, de acordo com as respectivas resoluções ou portarias.

Art 8º Após aprovação pela Direção-Geral ou Pró-Reitoria, ouvidas as respectivas coordenações, os projetos serão enviados à Pró-Reitoria afim (Ensino, Pesquisa, Extensão ou Desenvolvimento Institucional) para ciência, emissão de parecer, justificativa de contratação da fundação (modelo no Anexo VIII), homologação da classificação quanto à natureza, registro e encaminhamento à Proad para elaboração do termo de contratação específico.

§ 1º Quando se tratar de projeto que envolva ações de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, nos termos do art. 4º, os procedimentos previstos no *caput* deste artigo serão realizados pela Pró-Reitoria responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades preponderantes do projeto.

§ 2º Os projetos de desenvolvimento científico e tecnológico que envolverem a realização de estudos de ciência, tecnologia e inovação em áreas estratégicas, e os projetos de pesquisa aplicada e inovação que ensejem o desenvolvimento de criações previstas no inciso II, do art. 2º da Lei 10.973/2004, deverão ser avaliados e aprovados por comissão designada para este fim até a implementação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 3º A Proad observará se o processo está devidamente instruído com os seguintes documentos:

I - projeto, conforme modelo adotado pelo IFRR;

II - ato de aprovação do projeto;

III - parecer técnico da Pró-Reitoria relacionada à natureza do projeto, quando couber;

IV - plano de aplicação de recursos do projeto, elaborado pela fundação de apoio;

V - parecer sobre qualificação acadêmica do(s) pesquisador(es) convidado(s) que comporá(ão) a equipe do projeto pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq), quando necessário;

VI - parecer sobre qualificação acadêmica do(s) extensionista(as)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

convidado(s) que comporá(ão) a equipe do projeto pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex), quando necessário;

VII - parecer do Cepe, nos projetos de extensão, de pesquisa aplicada e inovação, e nos projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, que envolvam estudos de ciência, tecnologia, inovação e extensão;

VIII - minuta do instrumento jurídico a ser firmado pela fundação de apoio e pelo IFRR, nos casos de projetos dos tipos C e D;

IX - Justificativa de contratação da Fundação de Apoio emitida pela Pró-Reitoria competente, explicitando, nos casos de projetos de desenvolvimento institucional, a previsão da ação no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR;

X - Portaria Interministerial de credenciamento ou autorização da fundação de apoio;

XI - Certidões, nada-consta e demais certificações de regularidade da fundação de apoio.

§ 4º Os projetos devidamente instruídos deverão tramitar nas respectivas Pró-Reitorias no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art 9º Concluída a tramitação dos projetos junto à Proad, o processo será encaminhado para parecer jurídico a ser emitido pela Procuradoria Federal junto ao IFRR.

Art. 10 No caso de projetos de desenvolvimento institucional, a tramitação tem início em qualquer unidade e deve tramitar pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, para confirmação da pertinência das atividades, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei 8.958/1994, incluído pela Lei no 12.349, de 2010.

Parágrafo único. Os projetos de que trata o *caput* deste artigo serão apreciados pelos órgãos colegiados competentes (§ 2º, art. 6º, Decreto 7.423/2010).

Art. 11 No caso de projetos de pesquisa aplicada e inovação ou de desenvolvimento científico e tecnológico a serem executados para atender às demandas da fundação de apoio, devem ser observadas as seguintes condições:

I - para início de tramitação do projeto, a fundação de apoio deverá



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

protocolar processo junto ao IFRR;

II - submeter o projeto à aprovação do representante legal máximo do IFRR, facultada a delegação à Direção-Geral ou à Pró-Reitoria a qual se vincula o coordenador do projeto, nos termos do art. 6º deste regulamento;

III - submeter o projeto para análise dos órgãos colegiados competentes;

IV - encaminhar o projeto à Proad para registro, nos termos do art. 8º deste regulamento.

Seção IV
Da Coordenação e Fiscalização dos Projetos

Art. 12 O coordenador e, quando houver, o vice-coordenador dos projetos deverão cumprir os dispositivos seguintes, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas neste regulamento:

I - requisitar e acompanhar as despesas das atividades programadas no projeto;

II - encaminhar, justificadamente, os eventuais pedidos de aditamento de instrumentos jurídicos firmados para dar execução ao projeto, pelo menos 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência, sendo ele responsável, perante os órgãos de controle, pelo descumprimento dos prazos;

III - apresentar Relatório de Cumprimento de Objeto (RCO) do projeto nas prestações de contas parciais ou final, conforme estabelecido no instrumento jurídico e modelo eventualmente proposto pela fundação de apoio;

IV - prestar, quando solicitado, todas as informações necessárias para a prestação de contas físico-financeira dos projetos;

V - observar o cumprimento das normas de segurança aplicáveis, conforme regulamentação e legislação vigentes.

Art. 13 A inobservância, por parte do coordenador, dos prazos e obrigações estabelecidos neste regulamento e no instrumento contratual do projeto, bem como a inexecução parcial ou integral do objeto do projeto, implicará no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

impedimento de percepção de bolsas e coordenação de outros projetos até a regularização da situação pendente, sem prejuízo de outras sanções legalmente estabelecidas no Título IV, Capítulo V, da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 14 De modo a garantir a segregação de funções, em cada projeto do tipo B, deverá existir fiscal, com atribuições previstas no art. 16 e no Anexo IX deste regulamento .

Art. 15 A fiscalização dos projetos do tipo B será desempenhada por servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão do IFRR a ser designado no instrumento contratual, devendo possuir qualificação para exercer as atribuições inerentes a essa função.

Art. 16 Compete ao fiscal do projeto:

I - acompanhar o cumprimento das metas e resultados acadêmicos dos projetos tipo B;

II - assistir e subsidiar o cumprimento das metas e resultados acadêmicos dos projetos tipo B;

III - fiscalizar a atuação do coordenador no tocante à composição da equipe de trabalho do projeto, com vistas a evitar o favorecimento de cônjuges e parentes de servidores do IFRR, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, e impedir o direcionamento de bolsas em benefício dessas pessoas, em consonância com a Súmula Vinculante no 13 do STF;

IV - fiscalizar o procedimento de contratação suplementar de pessoal não integrante do quadro de servidores do IFRR, realizado pela fundação de apoio, com vistas à consecução do objeto do projeto, de forma a garantir o cumprimento dos princípios da Administração Pública previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, conforme preconizado pelo item 9.2.14, do Acórdão no 2.731/2008-TCU-Plenário;

V - apresentar relatório de análise técnica das atividades realizadas, atestando a regular execução do plano de trabalho e o cumprimento das suas metas e resultados previstos no instrumento contratual. O relatório de análise técnica e o plano de trabalho, citado neste item, seguirão os modelos adotados pela fundação de apoio.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Seção V
Do Prazo de Execução dos Projetos

Art. 17 O prazo de execução dos projetos será determinado com base no cronograma de execução das atividades, e, a depender do objeto a ser desenvolvido, poderá coincidir com a vigência do instrumento jurídico específico a ser celebrado entre o IFRR e a fundação de apoio ou ser estipulado em prazo inferior.

Parágrafo único. O prazo de execução dos projetos poderá ser alterado por meio de aditivo contratual, mediante solicitação formal do coordenador, até 60 (sessenta) dias antes do término da vigência do instrumento jurídico.

Art. 18 A execução dos projetos tipo B, financiados com recursos de convênios, poderá ser alterada segundo apresentação de novo cronograma de atividades devidamente justificado, mediante pedido formal do coordenador à fundação de apoio que, por sua vez, solicitará que o IFRR submeta à aprovação do órgão financiador, quando for o caso, até 90 (noventa) dias antes do término da vigência do instrumento contratual específico.

Parágrafo único. A prorrogação do prazo de execução do projeto possibilitará a continuidade da execução orçamentária do saldo porventura existente, desde que se tratem de gastos previstos no plano de trabalho.

Seção VI
Da Organização Orçamentária e Financeira dos Projetos

Art. 19 Todos projetos deverão conter plano de aplicação de recursos, com a estimativa das receitas e a fixação das despesas, de acordo com sua natureza e especificidade.

Art. 20 As despesas deverão contemplar, no que couber, os seguintes gastos devidamente individualizados para a execução dos projetos:

- I - despesas de custeio de atividades programadas;
- II - pagamento por retribuição pecuniária;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

III - concessão de bolsas de estudo, extensão, pesquisa e estímulo à inovação;

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes nacionais e importados;

V - obras e instalações laboratoriais;

VI - impostos, contribuições patronais e despesas financeiras;

VII - despesas de gerenciamento do projeto, conforme Capítulo VIII deste regulamento;

VIII - remuneração do IFRR, conforme Capítulo VII deste regulamento.

§ 1º As despesas de custeio devem contemplar, segundo a necessidade de cada projeto, gastos com pessoal disponibilizado pela fundação de apoio, prestação de serviços, diárias, passagens, materiais de consumo, despesas acessórias de importação, despesas com publicação de editais e extratos de instrumentos contratuais e respectivos aditivos, dentre outras.

§ 2º A estimativa da receita deverá contemplar a(s) fonte(s) de recursos relacionada(s) ao objeto do projeto ou, no caso de projetos tipo A, contemplará as receitas provenientes de serviços, diretamente arrecadadas pela fundação de apoio.

§ 3º Caso a receita prevista não se realize, caberá ao coordenador reformular o plano de aplicação de recursos, ajustando as despesas à receita arrecadada, mantendo, proporcionalmente, o recolhimento da remuneração do IFRR e das despesas de gerenciamento do projeto.

Art. 21 A gestão dos gastos prevista no art. 20, incisos I a V deste regulamento, será de responsabilidade do coordenador do projeto e do ordenador de despesas do IFRR, observando a correspondência necessária com o plano de aplicação.

Art. 22 Os projetos a serem gerenciados pela fundação de apoio deverão ter instrumento jurídico específico entre aquela e o IFRR, no qual fiquem regulados os direitos e deveres de ambas as partes, sendo obrigatórias as seguintes disposições:

I - os recursos financeiros repassados à fundação de apoio serão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

depositados em instituição financeira oficial, em contas individuais específicas de cada projeto, identificadas com o patrimônio do projeto, a Unidade Executora e da fundação de apoio (§ 2º, do art. 4º-D da Lei 8.958/1994);

II - a fundação de apoio somente poderá movimentar os recursos financeiros correspondentes à parcela para cobertura das despesas de custeio das atividades programadas, pagamento de retribuição pecuniária, bolsas, equipamentos, materiais permanentes nacionais e importados, obras e instalações laboratoriais, mediante a expressa solicitação do coordenador ou, quando houver, do vice-coordenador do projeto;

III - a movimentação dos recursos dos projetos deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados (§ 2º do art. 4º-D, da Lei 8.958/1994).

IV - as notas fiscais comprobatórias das despesas realizadas pela fundação de apoio devem ser identificadas com o número do instrumento jurídico (a exemplo, número do edital e número do termo de cooperação) e título do projeto, ficando à disposição do IFRR e dos órgãos de controle após o término da vigência do instrumento jurídico, pelo prazo e forma determinados pela legislação vigente;

V - a fundação de apoio se obriga a transferir, até o último dia útil do mês seguinte ao da arrecadação, à Conta Única do Tesouro Nacional, a remuneração prevista no Capítulo VII deste regulamento, devidas aos *campi* ou Pró-Reitorias executores;

VI - os bens gerados e adquiridos pela fundação de apoio em razão da gestão administrativa e financeira dos projetos, compreendendo as obras, materiais e equipamentos, deverão ser incorporados ao patrimônio do IFRR desde a sua aquisição (§ 5º, do art. 1º, da Lei 8.958/1994 c/c § 2º, do art. 13, da Lei no 13.243, de 11 de janeiro de 2016), os quais ficarão sob a responsabilidade do *Campus* ou Pró-Reitoria executores, observadas as especificidades dos órgãos e agências de financiamento estabelecidas previamente nos instrumentos de concessão de financiamento (art. 13 da Lei no 13.243, de 2016);

VII - a fundação de apoio responsabiliza-se pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação ao pessoal por ela contratada, para a execução das atividades do projeto (art. 5º, da Lei 8.958/1994);

VIII - na conclusão dos instrumentos jurídicos relacionados aos projetos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

tipo A e B, o saldo financeiro, caso existente, depois de retirados todos os recursos necessários à rescisão dos funcionários eventualmente contratados e à cobertura de riscos trabalhistas, será transferido à Conta Única do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Poderão ser realizados, mediante justificativa circunstanciada e em caráter excepcional, saques para pagamento em dinheiro a pessoas físicas que não possuam conta bancária ou saques para atender a despesas de pequeno vulto, definidas em regulamento específico previsto no art. 3º da Lei 8.958/94, adotando-se, em ambas as hipóteses, mecanismos que permitam a identificação do beneficiário final, devendo as informações sobre tais pagamentos constar em item específico da prestação de contas.

Art. 23 O plano de trabalho dos projetos e o plano de aplicação dos recursos podem ser alterados mediante anuência da autoridade que aprovou o início do projeto/atividade e, ainda, as seguintes condições:

I - solicitação e justificativa formal do coordenador do projeto à fundação de apoio, que, por sua vez, encaminhará à Proad, em se tratando de projetos tipo A e B;

II - solicitação e justificativa formal do coordenador do projeto diretamente à fundação de apoio, no caso de projeto tipo C, preservada a remuneração devida ao IFRR;

III - solicitação e justificativa formal do coordenador, com anuência da fundação de apoio, ao órgão financiador, na hipótese de projetos do tipo D.

§ 1º Nos casos de projetos tipo B, cujos recursos são provenientes de convênios celebrados entre o IFRR e estados ou municípios, as alterações do plano de aplicação somente poderão ser realizadas após autorização do órgão concedente, solicitada pelo Gabinete do Reitor.

§ 2º O plano de aplicação do projeto não poderá ser alterado para elevar os valores previstos de bolsas para cada beneficiário, salvo se houver acréscimos de metas vinculadas ao objeto do projeto, observando-se a regra instituída no art. 45 deste regulamento.

CAPÍTULO III
DOS CONVÊNIOS E CONTRATOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Art. 24 O IFRR poderá celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993, por prazo determinado, com fundações de apoio devidamente credenciadas, com a finalidade de dar apoio a ações e projetos de extensão, ensino, pesquisa e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos e ações.

§ 1º Para a consecução do objeto referido no *caput* deste artigo, é permitida a associação de fundações de apoio ao IFRR, na forma de consórcio, para viabilizar projetos e ações multi-institucionais, bem como para atender eventuais exigências em editais e chamadas públicas.

§ 2º A consecução do objeto será baseada em projeto, que é uma proposta negociada entre os partícipes, contendo as informações para alcance do objetivo acordado, nos termos do art. 1º do Decreto nº 8.240/2014.

§ 3º É vedada a subcontratação total do objeto dos projetos, ações, contratos e convênios celebrados pelo IFRR com a sua fundação de apoio, bem como a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto contratado.

§ 4º Os projetos e ações desenvolvidos com a participação das fundações de apoio devem ser baseados em planos de trabalho que contenham, no mínimo, os itens abaixo listados, definidos no §1º do art. 6º, do Decreto 7.423/2010 e ao art. 9º do Decreto 8.240/2014:

I - objeto, projeto básico, prazo de execução limitado no tempo, bem como os resultados esperados, metas e respectivos indicadores;

II - recursos da instituição apoiada envolvidos, com os ressarcimentos pertinentes, nos termos do art. 6º da Lei 8.958/1994;

III - recursos humanos previstos com suas respectivas capacitações e experiências necessárias;

IV - previsão de bolsas a serem concedidas;

V - pagamentos previstos a pessoas físicas ou jurídicas por prestação de serviços;

VI - indicadores a serem utilizados para acompanhamento da consecução do projeto;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

VII - indicação da Pró-Reitoria do IFRR que discipline as orientações quanto ao projeto, conforme seu tema e objetivos.

§ 5º Os Instrumentos contratuais definidos no *caput* deste artigo devem conter o previsto no art. 9º do Decreto 7.423/2010 e no art. 10, do Decreto 8.240/2014.

§ 6º Os incisos do parágrafo 4º constituem elementos obrigatórios, podendo, ainda, ser acrescidos a previsão de outras despesas, tais como materiais permanente e de consumo.

Art. 25 O projeto deve seguir o seguinte trâmite para aprovação e contratação:

I - O responsável pela demanda do projeto, qual seja: órgão do IFRR, servidor do IFRR, ou fundação de apoio; elabora o projeto com carta de anuência do Diretor Geral do Campus ou Pró-Reitoria em que o projeto será executado e das demais partes envolvidas;

II - o responsável pela demanda classifica o projeto como convênio ou contrato, com apoio da Proad, nos termos do Decreto 7.423/2010;

III - a área técnica da Proad elabora a minuta do instrumento de contratação;

IV - o responsável pela demanda encaminha o projeto para a Pró-Reitoria de afinidade ao tema;

V - a Pró-Reitoria que recebeu o projeto providencia sua aprovação em órgão colegiado competente para apreciação da matéria, segundo os mesmos critérios de aprovação de projetos internos, conforme art. 9º do Decreto 8.240/2014;

VI - o projeto aprovado pelo órgão colegiado é encaminhado ao Reitor do IFRR para análise e aprovação final;

VII - o Reitor encaminha o projeto à Proad para providências.

Art. 26 Para fins do que dispõe este Regulamento, entende-se por desenvolvimento institucional os programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições do IFRR, para o cumprimento eficiente e eficaz



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

de sua missão, conforme descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional, vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de projetos específicos (art. 2º, do Decreto nº 7.423, de 2010).

§ 1º Os projetos de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico têm origem nas instâncias administrativas do IFRR, nas coordenadorias dos cursos, em laboratórios ou grupos de pesquisa, ou por iniciativa individual de servidores docentes ou técnico- administrativos.

§ 2º A atuação das fundações de apoio em projetos de desenvolvimento institucional, financiados com recursos orçamentários provenientes do Tesouro Nacional para melhoria de infraestrutura, limitar-se-á às obras laboratoriais, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica.

§ 3º A atuação das fundações de apoio em projetos de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, financiados com recursos orçamentários próprios do IFRR ou de parcerias ou convênios com instituições públicas ou privadas para melhoria de infraestrutura, poderá envolver obras laboratoriais, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de extensão, inovação, pesquisa científica e tecnológica e melhoria da qualidade de ensino do IFRR.

§ 4º Os materiais e equipamentos permanentes adquiridos com recursos previstos em projetos, tal como definidos no *caput* deste artigo, serão registrados no Setor de Patrimônio do IFRR como bem próprio ou de terceiros, recebidos em comodato, cessão ou depósito, conforme definido no projeto, observados os procedimentos previstos em normas internas do IFRR que disciplinam matéria patrimonial.

§ 5º Os materiais e equipamentos permanentes adquiridos com recursos de projetos de desenvolvimento institucional integrarão o patrimônio do IFRR, nos termos do art. 1º da Lei 8.958/1994.

§ 6º É vedado o enquadramento, no conceito de desenvolvimento institucional, de projetos e ações que não estejam previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR.

Art. 27 O IFRR poderá firmar parcerias com suas fundações de apoio para a criação e operacionalização de seus projetos de incubação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Parágrafo único. As parcerias a que se refere este artigo serão firmadas na forma de convênio ou contrato.

Art. 28 Na execução de convênios, contratos, acordos e outras parcerias que envolvam a aplicação de recursos públicos, a fundação de apoio contratada é obrigada a seguir os procedimentos de acompanhamento e controle estabelecidos no art. 12 do Decreto 7.423/2010.

Parágrafo único. Os recursos financeiros captados diretamente pelas fundações de apoio para execução de projetos, com anuência do IFRR, poderão ser depositados diretamente na conta do projeto, sem ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme art. 3o da Lei 8.958/1994.

Art. 29 O IFRR poderá celebrar convênios ou contratos com suas fundações de apoio para a gestão administrativa e financeira dos projetos e ações firmadas com instituições públicas ou privadas.

§ 1º Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, o IFRR repassará à fundação de apoio contratada os recursos financeiros originados do convênio, contrato ou acordo celebrado com as instituições públicas ou privadas.

§ 2º O IFRR, preliminarmente ao repasse a que se refere o § 1º, deverá proceder a retenção correspondente às despesas administrativas e às taxas previstas na legislação interna que regulamenta o objeto da contratação.

§ 3º As fundações de apoio deverão discriminar no projeto seus custos operacionais e administrativos incorridos na execução dos convênios e contratos, observando-se os limites percentuais, em relação ao valor total do projeto, fixados pela legislação.

Art. 30 Na execução de projetos, ações e parcerias, descritas no art. 5o, a fundação de apoio contratada poderá, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens, serviços e imagens do IFRR, mediante remuneração previamente definida em cada projeto e pelo prazo estritamente necessário à elaboração e execução do projeto de ensino, pesquisa, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico previsto, nos termos do art. 6º da Lei 8.958/94.

§ 1º A utilização dos bens e serviços não poderá comprometer as atividades regulares a que se destinam.

§ 2º A utilização deverá ser aprovada pelo órgão gestor ao qual o bem ou serviço estiver vinculado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

§ 3º A remuneração ao IFRR pela utilização de instalações e equipamentos será de até 11% (onze por cento) do valor do projeto. Alternativamente, a remuneração pode ser realizada através de doação de equipamentos, materiais e obras civis oriundos de recursos do projeto. A forma de remuneração deve estar definida no plano de trabalho do projeto e aprovada nos termos do art. 6º e seguintes deste Regulamento.

§ 4º Os equipamentos a serem adquiridos com recursos do projeto e registrados como patrimônio do IFRR terão seus valores de custo deduzidos integralmente do valor a ser restituído ao IFRR.

§ 5º Os custos das obras civis a serem executadas em áreas pertencentes ao IFRR com recursos de projeto e com finalidade de atender a demandas de ensino, pesquisa e extensão, terão seus valores deduzidos integralmente do valor a ser restituído ao IFRR.

§ 6º Os recursos previstos como oriundos de obtenção de produto ou processo inovador resultantes do projeto, ainda que envolvam risco tecnológico, podem ser contabilizados no projeto como remuneração ao IFRR pelo uso de suas instalações, nos termos do art. 6º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

§ 7º Os recursos gastos no projeto com o objetivo de manter laboratórios de pesquisa, de forma a criar condições propícias ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica no IFRR, terão seus valores deduzidos integralmente do valor a ser restituído para o IFRR.

§ 8º Os valores a serem deduzidos, previstos nos §§ 4º a 7º, que resultarem maiores que o valor a ser restituído ao IFRR, não geram créditos futuros para outros projetos.

§ 9º Os projetos cujos recursos sejam oriundos de entes da Administração Pública Direta ou órgãos de fomento poderão prever a remuneração disposta no *caput* deste artigo, se assim permitirem os termos do edital, do convênio ou do contrato celebrado.

Art. 31 Os valores correspondentes à remuneração ao IFRR, previstos no artigo anterior, devem ser repassados à conta de recursos próprios do IFRR, na forma da legislação orçamentária.

Art. 32 A vigência do contrato ou do convênio específico a ser



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

celebrado entre o IFRR e a fundação de apoio será estabelecida com base no período de execução dos projetos e será determinada no cronograma de atividades constante no Plano de Trabalho.

Art. 33 Para efeito de execução dos recursos financeiros e sua respectiva prestação de contas, a fundação de apoio deverá obedecer ao prazo estabelecido no contrato ou convênio, podendo ser prorrogado por manifestação de interesse das partes.

Art. 34 Não é permitida a redestinação ou utilização, em finalidade diversa da prevista, de recursos financeiros durante a execução do projeto, conforme art. 3º, § 2º, III, da Lei nº. 8.958, de 1994.

Art. 35 O projeto contratado poderá ser descontinuado sempre que verificada a inviabilidade técnica ou econômica no seu desenvolvimento, por meio da rescisão do contrato:

I - por ato unilateral da administração pública; ou

II - por acordo entre as partes, de modo amigável.

§ 1º A inviabilidade técnica ou econômica referida no *caput* deverá ser comprovada por meio de avaliação técnica e financeira.

§ 2º Na hipótese de descontinuidade do projeto contratado prevista no *caput*, o pagamento ao contratado cobrirá as despesas já incorridas na execução efetiva do projeto, consoante o cronograma físico-financeiro aprovado, mesmo que o contrato tenha sido celebrado sob a modalidade de preço fixo ou de preço fixo mais remuneração variável de incentivo.

CAPÍTULO IV
DA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES E ESTUDANTES

Seção I
Dos Servidores



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Art. 36 É permitida a participação de servidores docentes e técnico-administrativos na execução dos projetos da área de sua especialidade, contratados com a fundação de apoio, sem prejuízo de suas atribuições funcionais, com fundamento no art. 4o e respectivos parágrafos da Lei 8.958/1994 c/c inciso III do art. 4o da Lei 10.973/2004.

Parágrafo único. A participação de servidores não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do art. 4o, §1o da Lei nº 8.958/94.

Art. 37 A participação esporádica dos servidores docentes e técnico-administrativos nos projetos de que trata o art. 36 deste regulamento, conforme o que dispõe o art. 7º, § 1o do Decreto 7.423/2010, além de observar as determinações do art. 52 deste regulamento, atenderá aos seguintes requisitos:

I - a participação dos membros da equipe do projeto deverá ser autorizada pelo respectivo Diretor-Geral ou Pró-Reitor, com embasamento na anuência das chefias imediatas;

II - confirmação da autorização pelo Reitor mediante a celebração de instrumento jurídico específico com a fundação de apoio;

III - no caso do servidor docente, a participação fica restrita ao cumprimento de todas as atividades registradas no Plano Individual de Trabalho (PIT), relativa à participação de docentes em projetos, em regime de dedicação exclusiva;

IV - no caso de servidor docente com dedicação exclusiva desenvolvendo atividades de prestação de serviços em projetos de ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação, a carga horária dedicada a essas atividades não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a 8 (oito) horas semanais ou a 416 (quatrocentas e dezesseis) horas anuais, nos termos dos incisos XI e XII, e § 4º do art. 21 da Lei 12.772/2012;

V - no caso de servidor docente com 40 (quarenta) horas desenvolvendo atividades de prestação de serviços em projetos de ensino, pesquisa e extensão, a carga horária dedicada a essas atividades não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a 8 (oito) horas semanais ou a 416 (quatrocentas e dezesseis) horas anuais;

VI - no caso de servidores técnico-administrativos desenvolvendo atividades em projetos, a carga horária dedicada a esses projetos não poderá coincidir com a jornada de trabalho regular e o somatório da carga horária da jornada



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

regular no IFRR e das atividades desempenhadas no projeto não poderá exceder 60 horas semanais.

Art. 38 Os projetos devem ser realizados por no mínimo 2/3 (dois terços) de pessoas vinculadas ao IFRR, incluindo servidores docentes e técnico-administrativos, estudantes regulares, pesquisadores de pós-doutorado e bolsistas com vínculo formal a programas de pesquisa do IFRR, nos moldes do art. 6º, § 3º, do Decreto 7.423/2010.

§ 1º Em casos devidamente justificados e aprovados pelo Conselho Superior, poderão ser realizados projetos com a colaboração da fundação de apoio, com participação de pessoas vinculadas ao IFRR, em proporção inferior à prevista no *caput* deste artigo (art. 6º, § 4º, do Decreto 7.423/2010), atentando-se para as seguintes condições:

I - observar a participação de no mínimo 1/3 (um terço) de pessoas vinculadas ao IFRR, em conformidade com o art. 6º, § 4º, do Decreto 7.423/2010;

II - admitir, alternativamente, proporção inferior a 1/3 (um terço) de pessoas vinculadas ao IFRR, desde que não ultrapasse o limite de 10% (dez por cento) do número total de projetos realizados em colaboração com a fundação de apoio, em conformidade com o art. 6º, § 5º, do Decreto 7.423/2010.

§ 2º Para o cálculo da proporção referida no *caput*, não se incluem os participantes externos vinculados às empresas contratadas para prestação de serviços aos projetos.

Art. 39 Os projetos de ensino com a gestão financeira atribuída à fundação de apoio devem ter a participação de, no mínimo, 4/5 (quatro quintos) de pessoas vinculadas ao IFRR, conforme legislação pertinente, com exceção de projetos multi-institucionais, cuja participação poderá ser alcançada por meio da soma de participação de pessoas vinculadas às instituições envolvidas.

Seção II

Dos Estudantes

Art. 40 Os estudantes de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação poderão participar de projetos, desde que as atividades a serem realizadas sejam compatíveis com sua área de formação e contribuam para o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

processo de ensino e aprendizagem, para a sua inserção socioprofissional ou para a sua iniciação científica ou tecnológica (art. 4º-B, Lei 8.958/1994, introduzido pela Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013).

Parágrafo único. Deverá ser incentivada a participação de estudante regularmente matriculado no IFRR.

Art. 41 A participação de estudantes poderá ser remunerada mediante a concessão de bolsas de ensino, de extensão, pesquisa e estímulo à inovação em valores mensais estabelecidos no Anexo V, podendo, alternativamente, serem adotados os valores acordados com o órgão financiador.

Parágrafo único. No caso de projetos de ensino, a participação de estudante somente será possível mediante programas de monitoria, estágio curricular ou extracurricular em docência, podendo os projetos dessa natureza concederem bolsas de monitoria ou de incentivo à docência.

Art. 42 A participação de estudantes do ensino técnico, de graduação e de pós- graduação em projetos de extensão na modalidade de prestação de serviços deverá observar a Lei 11.788/2008, consoante preceitua o art. 6º, 8º, do Decreto 7.423/2010.

Art. 43 A participação de estudantes em projetos efetivar-se-á mediante contratação de seguro contra acidentes pessoais, observância às normas de segurança estabelecidas nos ambientes por eles utilizados, e celebração de termo de compromisso, incluindo plano de trabalho devidamente validado pelo coordenador do projeto.

CAPÍTULO V
DA CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 44 Os projetos poderão prever a concessão de bolsas de ensino, extensão, intercâmbio, pesquisa, desenvolvimento e inovação, segundo os limites e condições estabelecidos em regulamento específico no âmbito do IFRR.

Parágrafo único. A concessão das bolsas será precedida de seleção dos beneficiários, avaliando-se a qualificação técnica e científica e a qualidade acadêmica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

dos projetos submetidos.

Art. 45 O valor mensal previsto para pagamento de bolsas a servidores participantes de projetos não poderá ultrapassar os limites estabelecidos no Anexo IV, observando-se:

I. o teto correspondente ao fator de multiplicação aplicado sobre o valor de referência de cada modalidade de bolsa; e

II. o limite de 80% da remuneração regular do beneficiário e a compatibilidade entre a formação do servidor e a natureza do projeto (art. 17, §3º do Decreto 8.240/2014).

III. o limite disposto no art. 37, XI, da Constituição da República, que estabelece o teto remuneratório da administração pública com base no subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, consideradas todas as remunerações percebidas pelo servidor (salário, cargos, funções, proventos, pensões, bolsas ou outra espécie remuneratória).

Parágrafo único. O valor mensal da bolsa a pagar, quando processada com abate do teto em função da regra prevista no inciso III deste artigo, poderá ser aumentado até o limite do montante previsto inicialmente no plano de trabalho, quando houver aumento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 46 Os projetos deverão prever a concessão de bolsas em conformidade com os critérios definidos nos artigos 3º e 5º, da Resolução do Conselho Superior 44/2016.

Art. 47 Fica vedada:

I - a concessão de bolsas para o cumprimento de atividades regulares de magistério de ensino técnico, de graduação e pós-graduação;

II - a concessão de bolsas a servidores a título de retribuição pelo desempenho de funções comissionadas;

III - a concessão de bolsas a servidores técnico-administrativos a título de retribuição pelo desempenho de atividades inerentes ao cargo;

IV - a concessão de bolsas a servidores pela participação nos conselhos das fundações de apoio;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

V - A cumulatividade do pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei 8.112/90, com a concessão de bolsas ou retribuições pecuniárias para a mesma atividade ou em um mesmo projeto ou ainda em projetos de desenvolvimento institucional concomitantes e de objeto similar.

VI - a concessão de bolsas a cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade do coordenador e vice-coordenador do projeto (Súmula Vinculante STF 13).

CAPÍTULO VI
DO PAGAMENTO DE RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA E DA
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL E DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

Art. 48 A retribuição pecuniária é um adicional variável pago pela fundação de apoio aos servidores do IFRR envolvidos na prestação de serviços técnicos especializados, em caráter eventual, no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, desenvolvimento científico e tecnológico e fomento à inovação, nos termos do art. 21, incisos XI e XII, da Lei 12.772/2012, c/c §§ 1º e 2º do art. 8º da Lei 10.973/2004, desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

Art. 49 Constituem atividades que caracterizam prestação de serviços técnicos especializados que justificam pagamento eventual de retribuição pecuniária aos servidores do IFRR:

I - execução de projetos de pesquisa sob encomenda, nos termos do *caput* do art. 8º, da Lei 10.973/2004;

II - realização de consultorias, assessorias, auditorias, vistorias, perícias, laudos técnicos, análises e ensaios laboratoriais, apresentações artístico-culturais e outros serviços técnicos similares;

III - execução de estudos técnicos encomendados por empresas privadas;

IV - desenvolvimento de eventos e atividades de extensão que visem promover, mostrar e divulgar ações de interesse técnico, social, científico, tecnológico, artístico e esportivo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

V - realização de atividades em cursos de especialização;

VI - realização de atividades em mestrados profissionais;

VII - realização de atividades em cursos de atualização, capacitação e divulgação;

VIII - realização de atividades relacionadas ao planejamento e execução de processos seletivos e concursos públicos.

§ 1º Entende-se por pesquisa sob encomenda, a realização de serviços técnicos especializados voltados à inovação, à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo no ambiente produtivo, nos termos do caput do art. 8º da Lei 10.973/2004, cujos resultados revertem integralmente para a instituição contratante.

§ 2º A retribuição pecuniária a que se refere este artigo será paga na forma de adicional variável com a incidência de tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, e a utilização como base de cálculo para qualquer benefício adicional ou vantagem coletiva ou pessoal, consoante § 3º, artigo 8º, da Lei 10.973/2004.

§ 3º Não integra o salário de contribuição os pagamentos realizados ao servidor do IFRR a título de retribuição pecuniária, visto que essa espécie de pagamento configura-se ganho eventual (item 7, da alínea e, do § 9º, do art. 28 da Lei 8.212/1991), consoante previsão contida no § 4º do art. 8º da Lei 10.973/2004.

Art. 51 Os projetos institucionais de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, desenvolvimento científico e tecnológico e fomento à inovação, contratados com a fundação de apoio na forma da Lei 8.958/1994, poderão prever o pagamento de retribuição pecuniária a servidores, por serviços prestados em caráter eventual, preservadas suas atribuições funcionais, nas condições previstas nos incisos IV, V e VI do art. 37.

Art. 52 Os valores das retribuições pecuniárias por serviços prestados pagos pela fundação de apoio serão determinados em cada projeto em conformidade com a proposta de prestação de serviços aprovada pela instituição contratante, exceto os projetos de ensino, os cursos de especialização e os cursos de atualização, capacitação e divulgação, cujos valores são determinados na base de horas/aula, segundo limites fixados no Anexo VI.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Art. 53 A especificação dos perfis técnicos e profissionais do pessoal a ser contratado pela fundação de apoio, visando a consecução das metas dos projetos, será feita conjuntamente pela fundação e pelo coordenador do projeto.

§ 1º Nos processos de contratação de pessoal sem processo seletivo, fica vedado à fundação de apoio, consoante estabelecem os incisos I e II, § 2º, art. 3º, da Lei 8.958/1994, incluído pela Lei 12.863/2013:

I - contratar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de:

- a) servidor do IFRR que atue na direção da fundação de apoio; e
- b) ocupantes de cargos de direção superior do IFRR.

II - contratar, sem licitação, pessoa jurídica que tenha como proprietário, sócio ou cotista:

- a) seu dirigente;
- b) servidor de outras Instituições Federais de Ensino e demais ICTs; e
- c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de seu dirigente ou de servidor das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e demais ICTs por elas apoiadas.

§ 2º A contratação de pessoal para a operacionalização dos projetos apoiados pela fundação, quando aplicado o instrumento de seleção pública, será de responsabilidade da coordenação do projeto, com o suporte administrativo da fundação.

Art. 54 A fundação de apoio poderá contratar consultoria de pessoas físicas para realizar atividades em projetos, mediante celebração de instrumento jurídico próprio, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VII
DA REMUNERAÇÃO DO IFRR

Art. 55 A remuneração do IFRR, quando couber, terá como base de cálculo o valor disposto no §3º do art. 30, aplicado na somatória dos gastos operacionais previstos no art. 20, incisos I a VII, deste regulamento, observando-se as participações estabelecidas no Anexo III, sendo distribuída entre o *Campus* ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Pró-Reitoria executores.

§ 1º A remuneração da Unidade Executora destina-se à restituição dos gastos com manutenção de suas atividades acadêmicas e administrativas associadas à execução do projeto.

§ 2º A remuneração do *Campus* ou Pró-Reitoria executores servirá ao desenvolvimento institucional, mediante a melhoria de sua infraestrutura.

§ 3º O somatório dos percentuais de participação do *Campus* ou Pró-Reitoria executores, não deverá ser inferior a 1% (um por cento), podendo ser representado por recursos financeiros e/ou previsão para aquisição de equipamentos e obras de infraestrutura.

§ 4º Havendo acordos institucionais ou regras prefixadas em editais e instrumentos correlatos, as participações de que trata o *caput* deste artigo deverão ser adequadas, nunca ultrapassando os percentuais ou tetos determinados pelos órgãos e instrumentos responsáveis pela concessão dos recursos.

Art. 56 A remuneração financeira prevista no art. 56, estabelecida em instrumento contratual, poderá ser substituída por aquisição de equipamentos e/ou obras de infraestrutura em projetos tipo A, C e D.

Art. 57 Não haverá remuneração do IFRR nos projetos do tipo B, que são aqueles cujos recursos são oriundos do orçamento da própria Instituição.

Art. 58 Os projetos de fomento à inovação que envolvam risco tecnológico poderão ter a restituição ao IFRR dispensada, mediante justificativa circunstanciada constante do projeto, que deverá ser aprovada pelo Conselho Superior (art. 6º, §§1º e 2º, da Lei 8.958/1994, incluído pela Lei 12.863/2013).

Parágrafo único. Em sendo aprovado projeto nas condições previstas no *caput* deste artigo, o uso de bens e serviços do IFRR será contabilizado como contrapartida, mediante previsão contratual de participação nos ganhos econômicos derivados da execução do projeto, na forma da Lei 10.973/2004 (art. 6º, §1º, da Lei 8.958/1994, incluído pela Lei 12.863/2013).

CAPÍTULO VIII
DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS E
ADMINISTRATIVAS DA FUNDAÇÃO DE APOIO NO GERENCIAMENTO DE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

PROJETOS DO IFRR

Art. 59 O financiamento das atividades de gestão administrativa prestadas pela fundação de apoio aos projetos do IFRR será calculado com base nos custos de operacionais, definidos por meio de critérios objetivos, segundo a complexidade de cada projeto.

§ 1º Fica vedada a antecipação de pagamento nos casos de projetos tipo B.

§ 2º Os acordos, os convênios e os contratos celebrados cujos objetos sejam compatíveis com a finalidade da [Lei nº 10.973, de 2004](#), poderão prever a destinação de **até quinze por cento** do valor total dos recursos financeiros destinados à execução do projeto, para cobertura de despesas operacionais e administrativas necessárias à execução desses acordos, convênios e contratos (art. 74 do Decreto 9.283/2018).

§ 3º A remuneração das fundações de apoio será fixada com base em critérios claramente definidos e nos seus custos operacionais efetivamente incorridos, sendo vedada a inclusão de cláusulas que prevejam o pagamento de taxa de administração de qualquer tipo.

§ 4º Os percentuais máximos para o cálculo da DOA da fundação de apoio estão previstos no Anexo III.

CAPÍTULO IX
DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 60 Na execução dos projetos de que trata este Regulamento, a fundação de apoio deverá observar as normas aprovadas pelos órgãos colegiados superiores do IFRR e submeter-se aos controles de gestão a serem exercidos pela Pró-Reitoria de Administração (Proad) e Auditoria Interna (Audin), diretamente ou com o auxílio das demais Pró-Reitorias, com as seguintes atribuições:

I - Proad:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

a) implantar a sistemática de gestão, controle e fiscalização dos instrumentos jurídicos de forma a individualizar o gerenciamento dos recursos envolvidos em cada um deles;

b) verificar a segregação de funções e responsabilidades na gestão dos instrumentos jurídicos, bem como na prestação de contas, de modo a evitar que a propositura, homologação, assinatura, coordenação e fiscalização do projeto se concentrem em um único servidor, em especial o seu coordenador;

c) estabelecer rotinas de recolhimento à Conta Única dos recursos devidos ao IFRR, quando da disponibilidade daqueles pelos agentes financiadores dos projetos;

d) analisar os processos de prestação de contas, observando a legalidade, economicidade e legitimidade das despesas.

II - Auditoria Interna:

a) auditar a concessão de bolsas no âmbito de projetos, para evitar que sejam realizados pagamentos de bolsas a servidores concomitantemente com a gratificação de encargo de curso e concurso, instituída pelo artigo 76-A, da Lei 8.112/1990, bem como o pagamento de prestação de serviços a pessoas físicas e jurídicas com a mesma finalidade;

b) auditar a atuação dos coordenadores de projetos, de maneira a evitar o favorecimento a parentes e cônjuges de servidores que não pertençam aos quadros do IFRR, seja no fornecimento de bolsas, seja pela contratação de pessoas físicas ou jurídicas pela fundação de apoio, em concordância com o item 9.2.10 do Acórdão 2.731/08 - TCU - Plenário;

c) auditar os processos de licitações realizados pela fundação de apoio quando se tratar da utilização de recursos de projetos A e B, verificando o emprego regular da legislação aplicável, bem como os demais princípios de Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

d) auditar as contas anuais da fundação de apoio a serem submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Superior.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Art. 61 Em cumprimento ao art. 4-A da Lei 8.958/1994, incluído pela Lei 12.349/2010, a fundação de apoio deverá divulgar, na íntegra, em sítio da rede mundial de computadores, as seguintes informações sobre os projetos contratados:

- I - instrumentos contratuais;
- II - relatórios semestrais de execução dos instrumentos contratuais;
- III - relação de pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza;
- IV - relação de pagamentos de qualquer natureza efetuados a pessoas físicas e jurídicas; e
- V - prestações de contas dos instrumentos contratuais.

Parágrafo único. Visando garantir o sigilo e a segurança dos projetos de pesquisa, inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, consoante estabelece o §1º, art. 7º c/c o inciso VI, art. 23, da Lei 12.527/2011, fica dispensada a publicação do teor dos respectivos projetos, incluindo problemas de pesquisa, método científico, plano de trabalho, metas e resultados a serem alcançados.

Art. 62 A fundação de apoio deverá enviar prestação de contas físico-financeira parcial e final dos projetos tipo A e B à Proad do IFRR, conforme estabelecido no instrumento jurídico de contratação, devidamente acompanhada de toda a documentação necessária para sua análise.

§ 1º A prestação de contas física consiste na emissão dos relatórios de cumprimento do objeto, elaborados pelo coordenador do projeto.

§ 2º A prestação de contas financeira, elaborada pela fundação de apoio, consiste na demonstração de arrecadação das receitas e na demonstração de execução das despesas, instruída com os documentos relacionados no Anexo VII.

§ 3º Quando da existência de obras laboratoriais, a análise da prestação de contas física ficará a cargo da Prodin, por meio do fiscal do contrato, com o apoio da Departamento Técnico de Engenharia e Obras.

§ 4º A análise da prestação de contas financeira ficará a cargo da Proad.

§ 5º Em caso de inconsistência de dados, informações ou documentos, o IFRR poderá emitir diligência à fundação de apoio, concedendo prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou cumprimento da obrigação, prorrogável por igual



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

período, mediante justificativa expressa.

Art. 63 A prestação de contas dos projetos tipo D será encaminhada pela fundação de apoio ao órgão financiador segundo as exigências estabelecidas no instrumento jurídico e no Decreto 8.240/2014.

CAPÍTULO X
DA PUBLICIDADE E MANUTENÇÃO DO
REGISTRO CENTRALIZADO DE PROJETOS

Art. 64 O IFRR implementará o Registro Centralizado de Projetos (RCP), com vistas a manter um sistema único e informatizado de acesso público na internet, que permita:

I - o acompanhamento concomitante da tramitação interna e da execução físico-financeira de cada projeto;

II - o registro de todos os projetos, independentemente de sua finalidade e de qual fundação esteja apoiando o IFRR;

III - a divulgação de informações sobre os projetos, no que diz respeito à fundamentação normativa, sistemática de elaboração e de aprovação, tramitação interna, plano de trabalho, valores, acompanhamento de metas e avaliação de resultados, dados relativos à seleção para concessão de bolsas e remunerações pagas a seus beneficiários.

Art. 65 Para a divulgação e apresentação das informações referentes ao *caput* deste artigo, bem como para a divulgação e apresentação das informações referentes aos agentes que participam dos projetos, devem ser seguidos os seguintes parâmetros:

I - disponibilização, na forma de lista ou planilha, de relação que contemple todos os projetos/agentes, de todas as fundações, atendendo aos princípios da completude, interoperabilidade e da granularidade;

II - haja a possibilidade de filtrar, inclusive mediante pesquisa textual, de ordenar e de totalizar a relação de projetos/agentes por diversos parâmetros como, por exemplo, por fundações de apoio, por projeto, por situação (vigência), por finalidade, por origem do recurso, por unidade acadêmica/administrativa, por coordenador, por agente, por período;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

III - possibilite a gravação de relatórios a partir da lista ou relação, em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

IV - as informações devem ser atualizadas de forma tempestiva no sítio eletrônico, na internet.

Art. 66 O IFRR divulgará em seu sítio na internet as seguintes informações a respeito do seu relacionamento com a(s) fundação(ões) de apoio:

I - informações institucionais e organizacionais que explicitem as regras e condições sobre o seu relacionamento com as fundações de apoio;

II - as seleções para concessão de bolsas, abrangendo seus resultados e valores, de forma a atender o princípio da publicidade;

III - informações sobre os agentes participantes dos projetos executados pela fundação de apoio, atendendo os seguintes requisitos: identificação do agente (nome, CPF, matrícula, tipo de vínculo), especificação por projeto (projeto, fundações de apoio, unidade acadêmica, forma de seleção realizada, ato que autorizou a participação, carga horária semanal no projeto), detalhamento de pagamentos recebidos (mês de competência referente ao pagamento, valores pagos, natureza do pagamento);

IV - metas propostas e indicadores de resultado e impacto, que permitam avaliar a gestão do conjunto de projetos, e não de forma segregada/individualizada;

V - os relatórios de avaliações de desempenho, exigidos para instrução do pedido de renovação de registro e credenciamento, baseadas em indicadores e parâmetros objetivos, demonstrando os ganhos de eficiência obtidos na gestão de projetos realizados com a colaboração da fundação;

VI - os relatórios das fiscalizações realizadas em suas fundações de apoio.

CAPÍTULO XI
DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA
FUNDAÇÃO DE APOIO NA GESTÃO DE PROJETOS

Art. 67 Anualmente, a Prodin realizará a avaliação do desempenho da fundação de apoio por meio de indicadores e parâmetros de avaliação de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

desempenho, análise do relatório de gestão, análise dos demonstrativos contábeis e de dados de outras fundações de apoio ao IFRR, se houver, para proporcionar o desempenho comparado, bem como verificar a observância às determinações contidas no art. 4º-A, da Lei 8.958/1994.

Parágrafo único. O Conselho Superior apreciará o relatório anual de avaliação de desempenho da fundação de apoio.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 68 Aplicam-se as disposições deste regulamento, no que couber, às ações autofinanciadas, bem como aos projetos submetidos a editais públicos ou chamadas públicas com gestão administrativa e financeira diretamente pelo próprio IFRR.

Art. 69 A execução orçamentária e financeira dos projetos tipo C e D obedecerá, respectivamente, às normas instituídas pelo órgão financiador e pela fundação de apoio, adotando-se integralmente as normas da fundação quando o financiador não exigir ou não dispuser de normas próprias.

Art. 70 A titularidade da propriedade intelectual obtida com a realização de projetos, bem como a participação nos resultados da exploração das criações resultantes de parcerias, será regida no instrumento jurídico, segundo os regramentos estabelecidos pela Lei 10.973/2004, normas complementares e a política de inovação do IFRR.

Art. 71 Os projetos que ainda não tiverem sido aprovados pelas instâncias competentes devem enquadrar-se ao que determina este regulamento a partir da data de sua publicação.

Art. 72 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior.

Art. 73 Este regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

CLASSIFICAÇÃO/SUBCLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS SEGUNDO A
NATUREZA

Classificação	Subclassificação	Tópicos obrigatórios do Plano de Trabalho
Ensino	Técnico	Objetivo Geral Objetivos Específicos
	Graduação	Justificativa Metodologia
	Pós Graduação	Resultados acadêmicos esperados Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
Pesquisa	Pesquisa Básica	Objetivo Geral Objetivos Específicos Justificativa Problema de pesquisa Método Científico Resultados Acadêmicos Esperados Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
	Pesquisa Aplicada	Objetivo Geral Objetivos Específicos Justificativa Metodologia Viabilidade técnica e econômica Resultados e impactos esperados Potencial de inovação Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
	Equipamentos e materiais relacionados à pesquisa e à inovação	Objetivo Geral Objetivos Específicos Justificativa Metodologia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

		Resultados acadêmicos esperados Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
	Produto Tecnológico	Objetivo Geral Objetivos Específicos Justificativa Metodologia Resultado: Teste de conceito ou Protótipo Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
Pós Graduação	Mestrado Acadêmico	Objetivo Geral Objetivos Específicos Justificativa Metodologia Resultados esperados Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
	Mestrado Profissional	
	Doutorado	
	Doutorado Profissional	
Extensão	Programa	Título Área Temática de Extensão Linha de Extensão Objetivo Geral Objetivos Específicos Justificativa Metodologia Público-alvo (comunidade externa) Resultados esperados Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
	Projeto (Extensão e Extensão Tecnológica)	
	Minicurso de Extensão	
	Curso de Extensão de Média Duração	
	Curso de Extensão de Longa Duração	
	Evento	
	Prestação de serviços	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Desenvolvimento Institucional	Estudo técnico-científico	Objetivo Geral Objetivos Específicos Justificativa Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
	Obras laboratoriais	Objetivo Geral Objetivos Específicos Justificativa Metodologia Resultados acadêmicos esperados Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Fomento às atividades científicas e tecnológicas	Objetivo Geral Objetivos Específicos Justificativa Metodologia Resultados acadêmicos esperados Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
	Estudo de CT&I	
Fomento à inovação	Modelo de utilidade	Objetivo Geral Objetivos Específicos Justificativa Originalidade Metodologia Viabilidade técnica e econômica Resultados e impactos esperados Potencial de inovação Recursos (humanos e financeiros) Cronograma
	Programa de computador	
	Agroindústria	
	Desenho industrial	
	Topografia de circuito integrado	
	Desenvolvimento de tecnologia	
	Desenvolvimento de produto	
	Desenvolvimento de processo	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

	Aperfeiçoamento de tecnologia	
	Aperfeiçoamento de produto	
	Aperfeiçoamento de processo	
	Serviço inovador	

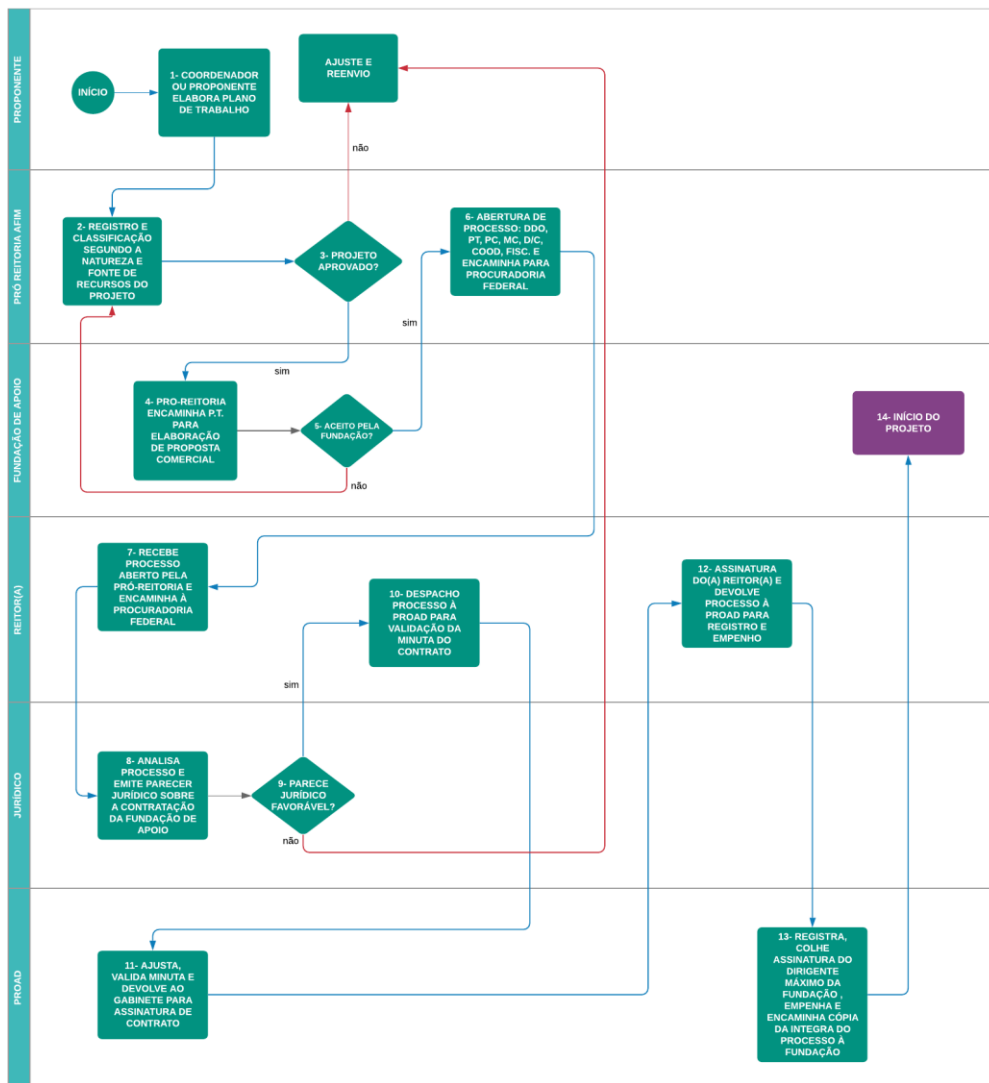


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO II



MODELO DE FLUXO DE PROJETO - FUNDAÇÃO DE APOIO
Vinicius Tocantins Marques | December 23, 2019



PT: PLANO DE TRABALHO
D.E: DOCUMENTOS E CERTIDÕES

PC: PROPOSTA COMERCIAL
COORD: COORDENADOR DE PROJETO

MC: MINUTA DE CONTRATO
FISC: FISCAL DE PROJETO

D.D.O: DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO III
REMUNERAÇÃO DO IFRR E
RESSARCIMENTO À FUNDAÇÃO DE APOIO

TIPO PROJETO	PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO		
	UNIDADE EXECUTORA (CAMPUS OU PRÓ-REITORIA)	FUNDAÇÃO	Entidades internas do IFRR
TIPO A	até 5%	até 15%	até 1%
TIPO B	-	até 15%	-
TIPO C	até 5%	até 15%	até 1%
TIPO D	até 5%	até 15%	até 1%
Projetos de Desenvolvimento Institucional (inciso IV do art. 4º desta Resolução)	-	até 5%	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO IV
VALORES DE BOLSAS DE ESTUDO, PESQUISA E
ESTÍMULO À INOVAÇÃO CONCEDIDAS A SERVIDORES DO IFRR

Tabela de Equivalência de Valores das Bolsas do IFRR, com relação às bolsas do
CNPq

Bolsa Institucional no País		Bolsa do CNPq Equivalente à Bolsa Institucional			Bolsa Prêmio
Modalidade	Sigla	Modalidade	Sigla	Nível	Teto
Pesquisador – Doutor	PEQ-A	Produtividade em Pesquisa	PQ	1A	3x
Pesquisador – Mestre	PEQ-B	Produtividade em Pesquisa	PQ	1B	3x
Pesquisador – Especialista	PEQ-C	Produtividade em Pesquisa	PQ	1C	3x
Pesquisador – Graduado	PEQ-D	Produtividade em Pesquisa	PQ	1D	3x
Pesquisador – Técnico	PEQ-E	Apoio Técnico à Pesquisa	AT	NS	3x
Pesquisador – Qualificado/Experiente	PEQ-F	Apoio Técnico à Pesquisa	AT	NM	3x
Extensionista – Doutor	EXT-A	Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora	DT	1A	3x
Extensionista – Mestre	EXT-B	Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora	DT	1B	3x



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Extensionista – Especialista	EXT-C	Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora	DT	1C	3x
Extensionista – Graduado	EXT-D	Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora	DT	1D	3x
Extensionista – Técnico	EXT-E	Apoio Técnico em Extensão no País	ATP	A	3x
Extensionista – Qualificado/Experiente	EXT-F	Apoio Técnico em Extensão no País	ATP	B	3x
Gestor de Programa	GPA	Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	DTI	B	3x
Gestor de Projetos	GPO	Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	DTI	B	3x
Coordenador de Projeto	CPO	Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	DTI	B	3x
Colaborador Externo – Doutor	CLE-D	Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	DTI	A	3x
Colaborador Externo – Mestre	CLE-M	Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	DTI	B	3x
Colaborador Externo – Especialista	CLE-E	Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	DTI	C	3x
Colaborador Externo – Graduado	CLE-G	Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	DTI	C	3x
Colaborador Externo – Técnico	CLE-T	Apoio Técnico à Pesquisa	AT	NS	3x
Colaborador Externo – Qualificado/Experiente	CLE-Q	Apoio Técnico à Pesquisa	AT	NM	3x

x = fator de multiplicação pelo valor tabelado equivalente do CNPq.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO V
VALORES DE BOLSAS DE ENSINO, PESQUISA E
ESTÍMULO À INOVAÇÃO CONCEDIDAS A ESTUDANTES
Tabela de Equivalência de Valores das Bolsas do IFRR, com relação às bolsas do
CNPq

Bolsa Institucional no País		Bolsa do CNPq Equivalente à Bolsa Institucional			Bolsa Prêmio
Modalidade	Sigla	Modalidade	Sigla	Nível	Teto
Estudante Júnior 1 (*)	EJ1	Iniciação Científica	ICJr	-	3x
Estudante Júnior 2	EJ2	Iniciação Tecnológica e Industrial	ITI	A	3x
Estudante de Curso de Graduação	ETG	Iniciação Tecnológica e Industrial	ITI	A	3x
Empreendedor Júnior – Participação societária em até duas empresas	EMP-JR	Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora	DT	2	10x
Empreendedor Sênior – Participação societária em três ou mais empresas	EMP-SE	Doutorado Sanduíche Empresarial	SWI	-	5x

(*) As bolsas das modalidades funcionais Estudante Júnior 1 (EJ1) têm carga horária semanal de referência igual a 8 horas para o valor estipulado na tabela (ICJr). x = fator de multiplicação pelo valor tabelado equivalente do CNPq.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO VI
VALORES PARA FIXAÇÃO DE RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA PELA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DE CARÁTER EVENTUAL, NO
ÂMBITO DE PROJETOS DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO

ATIVIDADE	TITULAÇÃO					
	DOU TOR	MESTR E	ESPECIALIS TA	GRADUA DO	TÉCNICO	NOTÓRI O SABER
Curso de Especialização	até R\$ 270,00 h/a	até R\$ 220,00 h/a	até R\$ 150,00 h/a	até R\$ 100,00 h/a	até R\$ 70,00 h/a	até R\$ 270,00 h/a
Mestrado e Doutorado Profissional	até R\$ 300,00 h/a	até R\$ 250,00 h/a	-	-	-	-
Curso de Atualização, Capacitação e Divulgação	até R\$ 250,00 h/a	até R\$ 200,00 h/a	até R\$ 100,00 h/a	até R\$ 80,00 h/a	até R\$ 50,00 h/a	até R\$ 250,00 h/a
Orientação de monografias ou supervisão de trabalhos de conclusão de curso	Até R\$ 500,00 por monografia orientada ou supervisão de trabalho de conclusão de curso realizada (até R\$ 500,00 por monografia orientada ou supervisão de trabalho de conclusão de curso realizada (até o limite de 5 monografias ou trabalhos por professor)					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO VII
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM INCLUÍDOS
NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROJETOS TIPO A e B

- a. Relatório de execução físico-financeira nas prestações de contas parciais e final;
- b. Relatório de cumprimento de objeto na prestação de contas final;
- c. Demonstrativo de receitas do período;
- d. Relação de pagamentos do período, organizada em ordem cronológica, segregada por rubrica, identificando o nome do beneficiário e seu CPF ou CNPJ e número do documento fiscal;
- e. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, com indicação do número do respectivo documento fiscal, data de emissão, quantidade, valor unitário e valor total, em cada parcela de prestação de contas, e relação consolidada na prestação de contas final;
- f. Relação de colaboradores que perceberam bolsas de estudos e pesquisas, bem como retribuição pecuniária, com a indicação da rubrica, dos valores e do período em mês(es) e ano(s), correspondentes, em cada parcela de prestação de contas, e relação consolidada na prestação de contas final;
- g. Relação de colaboradores contratados em caráter suplementar, com a indicação da carga-horária semanal, do salário base, e do período correspondente em mês(es) e ano(s), bem como do número do documento de seleção, em cada parcela de prestação de contas e relação consolidada na prestação de contas final;
- h. Extratos bancários, demonstração de conciliação bancária e comprovantes de rendimentos referentes ao período;
- i. Cópia da guia de recolhimento de saldo à Conta Única do IFRR, quando for o caso;
- j. Declaração de guarda de documentos contábeis;
- k. Cópias de folhas de pagamentos;
- l. Cópias dos documentos fiscais, ou equivalentes, com a data de emissão e descrição do bem adquirido, serviço prestado ou auxílio concedido, contendo a identificação do nº do instrumento contratual e demais elementos que evidenciem a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

pertinência entre a execução da despesa e a consecução, no todo ou em parte, do objeto do contrato;

m. Cópia da(s) ata(s) de licitação, quando houver;

n. Cópia do despacho da homologação e da adjudicação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;

o. Termos que atestem o tombamento, a transferência e responsabilidade dos bens adquiridos pela fundação de apoio com os recursos do projeto para o patrimônio do IFRR em cada parcela da prestação de contas;

p. Termos de recebimento de(as) obra(s) laboratorial(is) subscritos pelas

autoridades competentes da fundação de apoio, da entidade executora da obra e da Diretoria de Infraestrutura da Prodin e pelo coordenador do projeto;

q. Cópia do termo do contrato na primeira parcela de prestação de contas e seus aditivos, quando houver, nas parcelas subsequentes, seguidos do(s) extrato(s) de publicação no Diário Oficial da União;

r. Cópia do plano de trabalho do projeto (na primeira parcela de prestação de contas) e dos documentos que aprovaram suas alterações e/ou detalhamento nas parcelas subsequentes;

s. Demais documentos comprobatórios que evidenciem a pertinência entre a execução das despesas e a consecução, no todo ou em parte, do objeto do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO VIII
JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO
DE FUNDAÇÃO DE APOIO

O INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA - IFRR, em virtude da necessidade de contratação de instituição voltada à gestão administrativa e financeira do projeto intitulado <NOME DO PROJETO>, vem apresentar as seguintes razões de escolha da <NOME DA FUNDAÇÃO DE APOIO> e de sua contratação mediante dispensa de licitação.

<o parágrafo a seguir é exclusivo para projetos de desenvolvimento institucional> Cumpre destacar, inicialmente, que o projeto acima referido faz parte do rol de ações consignadas no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR, e que portanto merece reconhecimento pela contribuição com o progresso estratégico desta Instituição Federal de Ensino.

O artigo 1o da Lei 8.958/94, assim estabelece:

Art. 1o As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, sobre as quais dispõe a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos.

Com efeito, a <NOME DA FUNDAÇÃO DE APOIO> é instituição cujo objetivo principal é o apoiar o ensino, a pesquisa, a extensão e os desenvolvimentos institucional, científico e tecnológico, sem a finalidade de obter lucros, enquadrando-se no conceito previsto no inciso XIII, do art. 24 da Lei no 8.666/93, norma que trata das licitações e contratos da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Administração Pública:

*“Art. 24. É dispensável a licitação: [...] XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.”
(destacamos)*

Prescinde de licitação, portanto, por força do referido artigo, a contratação de instituição brasileira incumbida estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que detentora de reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

O conceito de instituição brasileira, segundo Carlos Pinto Coelho Motta, “abrange toda e qualquer organização – pessoa jurídica – que se enquadre nos atributos ‘brasileira’ e ‘sem fins lucrativos’ e, ainda, seja detentora de um regimento ou estatuto que lhe atribua as finalidades mencionadas no inciso XIII”.

O Estatuto Social da <NOME DA FUNDAÇÃO DE APOIO> aponta como objetivos dessa organização social a implementação de pesquisas e atividades de extensão em todas as áreas de atuação do IFRR, realização de atividades científicas e culturais, diagnósticos, estudos, prestação de serviços técnicos e científicos e apoio às atividades de desenvolvimento institucional, tecnológico, científico, cultural, além de estimular e promover projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O art. 1º do Estatuto da <NOME DA FUNDAÇÃO DE APOIO> dispõe, ainda, que:

Art.1o - A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - FACTO - é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e de duração indeterminada, com sede na Rua Wlademiro da Silveira, 75 – Jucutuquara – Vitória - ES e foro na Comarca de Vitória/ES, instituída pelas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

peçoas físicas relacionadas no Art.43 e se regerá pelas leis do país.

Não resta dúvida, assim, que o objeto da <NOME DA FUNDAÇÃO DE APOIO> trata da implementação de atividades de pesquisa, ensino e extensão, e de desenvolvimento institucional, sem fins lucrativos, bem como da realização de certames.

Desta forma, nada obsta sua contratação, para atividades que condizem com seu objetivo social, mediante a dispensa de licitação, levando-se em conta, ainda, a experiência e capacidade técnica da <NOME DA FUNDAÇÃO DE APOIO> no apoio aos projetos do IFRR.

Além disso, a <NOME DA FUNDAÇÃO DE APOIO> é, reconhecidamente, uma instituição idônea, que tem demonstrado bom desempenho no apoio a projetos, além de possuir toda a documentação necessária para a formalização de contratos com a Administração Pública.

Nesse caso, nada obsta que o IFRR contrate a <NOME DA FUNDAÇÃO DE APOIO>, mediante dispensa de licitação, uma vez que a natureza da Instituição Fundacional, bem como a atividade desenvolvida em conformidade com seu Estatuto Social, motivam devidamente o ato administrativo referido.

Boa Vista, RR, <dia> de <mês> de
<ano>.

<NOME DO GESTÕES RESPONSÁVEL PELA JUSTIFICATIVA>

<Cargo>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO IX

ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DE CONTRATOS DE
PROJETOS DO TIPO B (Art. 16 deste Regulamento)

Compete ao fiscal do
projeto:

I - acompanhar o cumprimento das metas e resultados acadêmicos dos projetos tipo B;

II - assistir e subsidiar o cumprimento das metas e resultados acadêmicos dos projetos tipo B;

III - fiscalizar a atuação do coordenador no tocante à composição da equipe de trabalho do projeto, com vistas a evitar o favorecimento de cônjuges e parentes de servidores do IFRR, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, e impedir o direcionamento de bolsas em benefício dessas pessoas, em consonância com a Súmula Vinculante no 13 do STF;

IV - fiscalizar o procedimento de contratação suplementar de pessoal não integrante do quadro de servidores do IFRR, realizado pela fundação de apoio, com vistas à consecução do objeto do projeto, de forma a garantir o cumprimento dos princípios da Administração Pública previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, conforme preconizado pelo item 9.2.14, do Acórdão no 2.731/2008-TCU-Plenário;

V - apresentar relatório de análise técnica das atividades realizadas, atestando a regular execução do plano de trabalho e o cumprimento das suas metas e resultados previstos no instrumento contratual. O relatório de análise técnica e o plano de trabalho, citado neste item, seguirão os modelos adotados pela fundação de apoio.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Resolução 512/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 30 de junho de 2020.

**APROVA *AD REFERENDUM* O REGULAMENTO GERAL DA
KONEKA - INCUBADORA DE EMPRESAS DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RORAIMA-IFRR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no artigo 6º, incisos VII, VIII e IX, e artigo 7º, incisos III, IV e V da Lei nº 11.892/08, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
Considerando a justificativa constante no processo n.º 23231.000642.2019-17,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, *Ad referendum* do Conselho Superior, o Regulamento Geral da Incubadora de Empresas denominada Koneka do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 30 de junho de 2020.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sandra Mara de Paula Dias Botelho, REITOR - CD1 - REITORIA**, em 30/06/2020 21:13:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/06/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 31324

Código de Autenticação: 9e06356a7f





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

**REGULAMENTO GERAL DA KONEKA - INCUBADORA DE EMPRESAS DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA -
IFRR, aprovado pela Resolução nº 512-CONSUP/IFRR, de 30 de junho de 2020.**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Este Regulamento tem por objetivo definir a estrutura e o funcionamento da Incubadora de Empresas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR — Koneka, conforme Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004 que dispõe sobre incentivo à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e suas alterações, a Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016, a Lei 9.279 de 14 de maio de 1996, que regula leis e obrigações relativas à Propriedade Intelectual, e o Decreto 9.283, de 7 de fevereiro de 2018 que regulamenta o disposto na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 , na Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 , no art. 24, § 3º , e no art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 , no art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 , e no art. 2º, caput , inciso I, alínea “g”, da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990 , e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

Art. 2º. Para o cumprimento de seus objetivos, a Incubadora é um Programa de Empreendedorismo do Núcleo de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, e como tal é sistêmica e gerida por um a Gestor Sistêmico, responsável pela administração geral da incubadora e por um Gestor local em cada unidade da Koneka, nos *Campi*, e apoia, preferencialmente, empreendedores e empresas nascentes de base tecnológica, atuando também em negócios relacionados a economia solidária, economia criativa e empreendimentos dos setores tradicionais, da comunidade interna, bem como empreendedores da comunidade externa do IFRR interessados em criar, desenvolver ou consolidar empresas, criativas e inovadoras, cujos produtos/serviços tenham relevantes perspectivas de mercado.

Art. 3º. A Koneka, como Programa de Empreendedorismo do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFRR pode estar, facultativamente, vinculada ao CNPJ de uma Fundação de Apoio, como interveniente financeiro, tendo por finalidade contribuir para a criação, desenvolvimento e maturidade de empreendimentos multissetoriais em sua fase inicial, nos aspectos pessoais, tecnológicos, capital, mercadológicos e de gestão, de modo a assegurar o seu fortalecimento e a melhoria de seu desempenho. Para tanto, a Koneka apoiará empreendimentos preferencialmente,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

nas áreas dos cursos ministrados pelo IFRR, visando materializar, oportuna, econômica e eficientemente, a inovação e o progresso tecnológico, por meio do apoio a empreendedores, a preferencialmente empresas nascentes ou a empresas já existentes que necessitem atingir nível tecnológico, capital, gerencial e mercadológico mais moderno e competitivo.

Art. 4º. Para fins deste Regulamento, define-se:

- a) **INCUBADORA DE EMPRESAS:** Programa de Empreendedorismo do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFRR que se destina a apoiar empreendimentos, de base tecnológica, tradicionais, de economia solidária e de economia criativa, que sejam, preferencialmente, nas áreas dos cursos ministrados pelo IFRR, visando materializar, oportuna, econômica e eficientemente, a inovação e o progresso tecnológico, por meio do apoio a empreendedores, a empresas nascentes ou a empresas já existentes que necessitem atingir nível tecnológico, capital, gerencial e mercadológico mais moderno e competitivo, advindas da comunidade interna e externa, propiciando-lhes ambiente e condições apropriadas para funcionamento de seus empreendimentos, aproximando o meio acadêmico do mercado empresarial, estimulando a postura empreendedora e gerando produtos e serviços inovadores;
- b) **PROCESSO DE INCUBAÇÃO:** Sistema de assessoria, formação técnico/gerencial geral e de estímulo a criação e ao desenvolvimento de novas empresas. Inclui as modalidades de pré-incubação e de incubação de empresas;
- c) **MODALIDADE DE PRÉ-INCUBAÇÃO:** Conjunto de ações destinado a discentes e egressos dos cursos do IFRR, comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica e da sociedade civil em geral que detectaram uma oportunidade de negócio, conhecem como viabilizá-la, mas necessitam de apoio por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, no qual poderão utilizar todos os serviços da Incubadora para o término da definição do empreendimento, incluindo a realização de Estudo de Viabilidade Técnico Econômica, a estruturação do Plano de Negócios, a elaboração do protótipo/processo, podendo ocorrer a viabilização do capital necessário para o efetivo início do negócio. O objetivo final é preparar os empreendedores para ingressarem na Modalidade de Incubação de Empresas. A admissão para esta modalidade se faz por meio de seleção pública;
- d) **MODALIDADE DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS:** Empreendimento admitido na Incubadora de Empresas, por meio de seleção pública, que buscam apoio por um período de no mínimo 12 (doze) meses até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano (limite máximo de três anos). Tal suporte visa atender o empreendimento no seu desenvolvimento e aprimoramento, nos aspectos tecnológicos, de gestão, mercadológicos e de recursos humanos, para sua consolidação como empreendimento inovador. São negócios já formalizados, microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, que já tenham dominado a tecnologia, e/ou o processo de produção ou já tenham validado o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

modelo de negócio e disponham, ou não, de capital mínimo assegurado e um plano de negócios bem definido, que permitam o início da operação.

- e) EMPRESA INCUBADA RESIDENTE: Forma de incubação envolvendo todos os requisitos das respectivas modalidades, inclusive a utilização de espaço físico da incubadora, podendo ser um ambiente de trabalho compartilhado (*coworking*) ou espaço individual, especialmente cedido para sediar ou abrigar os empreendimentos no processo de incubação.
- f) EMPRESA INCUBADA NÃO RESIDENTE: Forma de incubação envolvendo todos os requisitos das respectivas modalidades, com excessão da utilização de espaço físico da incubadora, para sediar ou abrigar os empreendimentos no processo de incubação;
- g) CONTRATO DE USO DO SISTEMA COMPARTILHADO DE INCUBAÇÃO: Instrumento jurídico que possibilita a Empresa em Incubação ou os Empreendedores no processo de Pré-Incubação o uso, nos termos deste Regulamento, dos bens e serviços da Incubadora;
- h) ESPAÇO, MÓDULO OU SALA: ambiente físico específico para desenvolvimento dos projetos nos processos de incubação;
- i) EMPRESA GRADUADA: Empresa Incubada, que ao longo do período de incubação, apresentou maturidade do empreendimento nos aspectos: tecnológico, capital, gestão e mercado de seus produtos ou serviços, bem como no aspecto pessoal do (s) empreendedor (es);
- j) EMPRESA INCUBADA MODALIDADE ASSOCIADA:

I- Empresa graduada da Koneka que deseja continuar usufruindo do suporte oferecido pela incubadora, sem utilizar o espaço físico da mesma.

II- Empresa que já atua no mercado e deseja participar do suporte oferecido pela incubadora sem utilizar o espaço físico da mesma.

- k) COMUNIDADE INTERNA: compreende professores, técnicos-administrativos e discentes do IFRR;
- l) COMUNIDADE EXTERNA: Compreende pessoas físicas e pessoas jurídicas não contempladas na letra “k”;
- m) CERNE: O Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (Cerne) é uma plataforma que visa promover a melhoria expressiva nos resultados das incubadoras de diferentes setores de atuação. Para isso, determina boas práticas a serem adotadas em diversos processos-chave, que estão associados a níveis de maturidade (Cerne 1, Cerne 2, Cerne 3 e Cerne 4). Cada nível de maturidade representa um passo da incubadora em direção à melhoria contínua.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º. A Koneka terá um Gestor Sistêmico, nomeado pelo Reitor do IFRR, por meio de Portaria, ouvido o Núcleo de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica.

Parágrafo único. A Koneka é composta pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho de Consultores;
- b) Gestão Sistêmica;
- c) Gestão local;
- d) Secretaria;
- e) Interveniente Financeiro (facultativo).

Art. 6º. O Conselho de Consultores é um órgão colegiado consultivo e de orientação técnica e administrativa, composto pelo Diretor do Núcleo de Inovação Tecnológica e por 4 (quatro) membros representativos (com substitutos), podendo ser 2 (dois) deles da comunidade externa vinculados a área de gestão e negócios.

§1º. Ao Diretor do Núcleo de Inovação Tecnológica, compete a presidência do Conselho, bem como das reuniões e a centralização prévia dos assuntos a serem incluídos na pauta.

§2º. O Conselho de Consultores terá as seguintes atribuições:

- a) Zelar pelo cumprimento deste Regulamento;
- b) Sugerir sobre planos e programas, anuais e plurianuais, normas, critérios e outros instrumentos necessários ao funcionamento da Incubadora;
- c) Sugerir e aprovar, a inclusão/substituição/desligamento de membros integrantes do Conselho;
- d) Colaborar na busca de recursos financeiros, materiais e humanos para o suporte das atividades da Incubadora;
- e) Verificar juntamente com o Gestor Sistêmico da Incubadora, as taxas de contribuição e os preços dos serviços disponibilizados pela Koneka e promover sua revisão, quando necessário;
- f) Avaliar o desempenho da Koneka à vista de relatórios apresentados pelo Gestor Sistêmico;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

- g) Aprovar o Plano de Metas apresentado anualmente pelo Gestor Sistêmico da Incubadora;
- j) Opinar a respeito de assuntos sobre os quais for consultado pelo Gestor Sistêmico;
- k) Interpretar este Regulamento e avaliar os atos do Gestor Sistêmico que com ele colidirem;
- m) Sugerir sobre casos omissos neste Regulamento.
- n) Propor a extinção da Koneka.

§3º. O Conselho de Consultores se reunirá em seções ordinárias, e em seções extraordinárias, sempre que necessário, mediante convocação pelo a Gestor Sistêmico ou qualquer de seus membros, sempre por escrito, contra recibo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para reuniões ordinárias.

§4º. As decisões do Conselho serão tomadas mediante decisões da maioria simples dos Conselheiros presentes à reunião, obedecido ao quórum mínimo de 50% de seus membros presentes, para validar a reunião.

Art. 7º. Compete ao Gestor Sistêmico a administração geral da Koneka e fazer cumprir as decisões, diretrizes e normas estabelecidas em conjunto com o Conselho Consultivo, para que sejam atingidos seus objetivos.

§1º. A Gestão Sistêmica será exercida por um profissional com formação ou conhecimento comprovado na área de administração ou empreendedorismo ou inovação e que tenha também experiência gerencial em projetos/programas de empreendedorismo ou inovação.

§2º. O Gestor Sistêmico terá as seguintes atribuições:

- a) Propor políticas e diretrizes para o funcionamento da Koneka e linhas de atuação para o alcance dos objetivos estabelecidos neste Regulamento, e em outros instrumentos correlatos, bem como acompanhar suas implementações;
- b) Articular captações de convênios, negócios, parcerias, acordos, ajustes e contratos envolvendo a Koneka;
- c) Indicar os integrantes da lista de especialistas (consultores *ad hoc* ou outros) capacitados a analisar as propostas dos interessados em ingressar na Koneka;
- d) Deliberar sobre o desligamento de empreendedor ou empresa apoiada, após acompanhamento do Gráfico de maturidade da referida empresa;
- e) Deliberar sobre a publicação de chamadas públicas de convocação de interessados em ingressar na Koneka;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

- f) Aprovar, após análise, as propostas apresentadas nos termos da chamada pública de convocação avaliadas por consultores “*ad hoc*” e outros;
- g) Acompanhar a avaliação e o desempenho das empresas e projetos incubados, à vista de relatórios apresentados e de análises efetuadas pela Gestão local da Koneka, com a utilização da metodologia CERNE;
- h) Gerir o complexo técnico, administrativo e operacional da Koneka no âmbito sistêmico e administrar financeiramente a Incubadora, propondo e acompanhando os atos do ordenador de despesa do Instituto Federal de Roraima;
- i) Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;
- j) Servir de agente articulador entre os empreendedores e empresas apoiadas e o ambiente empresarial e as entidades de fomento e governamental;
- k) Coordenar a elaboração e fazer publicar as chamadas públicas de convocação dos interessados em ingressar na Koneka, para seleção de empreendedores e empresas a serem incubadas;
- l) Coordenar, com apoio de entidades externas, a pré-seleção das propostas candidatas aos processos de incubação e de pré-incubação;
- m) Designar os membros, dentro da lista de especialistas (consultores *ad-hoc*), que comporão o Comitê Técnico para análise dos projetos, de acordo com sua natureza;
- n) Submeter ao Comitê Técnico responsável pela seleção, os documentos necessários dos candidatos à incubação e, se necessário, convocar os interessados para complementarem as informações;
- o) Prestar suporte no gerenciamento da utilização das instalações físicas da Koneka;
- p) Com o apoio do Conselho, realizar gestões junto aos órgãos competentes, para obtenção de recursos necessários à efetivação dos projetos da Incubadora e dos negócios incubados;
- q) Administrar a contabilidade, por meio da interveniente financeira (quando ocorrer), e junto à equipe administrativa da Koneka as contas, os balanços e os balancetes dos recursos recebidos e utilizados.
- r) Encaminhar o relatório anual da Koneka, para apreciação do presidente do Conselho;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

- s) Assinar, em nome da Koneka, juntamente com o Reitor, convênios, acordos, ajustes, contratos, obrigações e demais parcerias ou compromissos, previamente apreciados pelo presidente do Conselho;
- t) Orientar e acompanhar os trabalhos da equipe da Koneka nas Unidades;
- u) Orientar e avaliar os trabalhos da Koneka, em especial as ações de acompanhamento técnico, financeiro, administrativo, mercadológico e operacional dos empreendedores e empresas em incubação;
- v) Representar a Koneka, juntamente com o Reitor, judicial e extrajudicialmente, e se for o caso, também com a interveniente financeira, caso o CNPJ esteja vinculado.

Art. 8º. À Koneka terá uma Gestão local responsável pela Unidade da Incubadora em cada *Campus* do IFRR, que deverá dar suporte à Gestão Sistêmica, sendo sua formação preferencialmente na área de gestão e negócios e deverá fazer cumprir as decisões, diretrizes e normas estabelecidas na Gestão Sistêmica, para que sejam atingidos seus objetivos.

§1º. O Gestor local terá as seguintes atribuições em sua Unidade:

- a) Articular a captação de negócios e parcerias;
- b) Gerenciar contratos firmados com os empreendedores e empresas incubadas;
- c) Elaborar chamadas públicas, juntamente com a Gestão Sistêmica para seleção aos ingressantes nos processos de incubação e pré-incubação em seu *Campus*;
- d) Gerenciar a utilização das instalações físicas da Koneka no *Campus*;
- e) Responsabilizar-se pelas instalações físicas, equipamentos e demais bens e/ou apoios da Koneka, arcando, inclusive, pela carga patrimonial;
- f) Elaborar Plano de Ação de sua Unidade, controlar e apresentar relatórios das atividades realizadas à Gestão Sistêmica da Koneka;
- g) Orientar e acompanhar os trabalhos da equipe da Koneka em sua Unidade;
- h) Orientar, acompanhar e avaliar os trabalhos da Koneka, em especial as ações de suporte técnico, financeiro, administrativo, mercadológico e operacional dos empreendedores e empresas incubadas, em sua Unidade, e realizar o repasse de tais informações à Gestão Sistêmica da Koneka;
- i) Articular captações de convênios, negócios, parcerias acordos, ajustes e contratos envolvendo a Koneka no seu *Campus*;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

- k) Indicar os integrantes da lista de especialistas (consultores “*ad hoc*”) capacitados a analisar as propostas dos interessados em ingressar na Koneka no seu *Campus*;
- l) Deliberar sobre o desligamento de empreendedor ou empresa incubada, junto à Gestão Sistêmica, após acompanhamento do Gráfico de maturidade da mesma;
- m) Deliberar sobre a publicação de chamada pública de convocação de interessados em ingressar na Koneka em seu *Campus*;
- n) Aprovar, após análise, as propostas apresentadas nos termos da chamada pública de convocação pelos consultores *Ad Hoc*;
- o) Avaliar o desempenho das empresas e projetos incubados, à vista de relatórios apresentados e de análises efetuadas com a utilização da metodologia CERNE;
- p) Gerir o complexo técnico, administrativo e operacional da Koneka em sua Unidade e administrar financeiramente a Koneka, mantendo atualizado todos os relatórios relacionados a recursos recebidos e investidos.
- q) Servir de agente articulador entre os empreendedores e empresas incubadas e o ambiente empresarial e as entidades de fomento e governamental;
- r) Coordenar com o apoio da Gestão Sistêmica a elaboração e fazer publicar as chamadas públicas de convocação dos interessados em ingressar na Incubadora, para seleção de empreendedores e empresas a serem incubadas em sua Unidade;
- s) Coordenar com o apoio da Gestão Sistêmica a pré-seleção das propostas candidatas aos processos de incubação em sua Unidade;
- t) Designar, com apoio da Gestão Sistêmica, os membros, dentro da lista de especialistas (consultores *ad-hoc*), que comporão o Comitê Técnico para análise dos projetos, de acordo com sua natureza;
- u) Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;
- v) Representar a Koneka, no *Campus*, juntamente com o Diretor-Geral da Unidade, e se for o caso, com o Reitor, judicial e extrajudicialmente, e caso seja necessário, também com a interveniente financeira, caso o CNPJ esteja vinculado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Art. 9º. A Koneka, no âmbito Sistêmico e em cada Unidade, terá um Auxiliar ou Assistente Administrativo e/ou secretário com atribuições de organizar o expediente administrativo e financeiro, preparar, com o Gestor Sistêmico, as pautas das reuniões do Conselho de Consultores e secretariá-las, lavrando suas atas; redigir a correspondência e providenciar sua expedição; manter arquivo de documentos e cadastro de informações; manter registro de entrada e saída dos documentos da Incubadora e executar outras tarefas pertinentes ao expediente.

Art. 10. Facultativamente uma Fundação de Apoio, poderá ser o Interveniente Financeiro da Koneka e terá por atribuição operacionalizar o setor financeiro da incubadora, atendendo as demandas financeiras, por meio do Gestor Sistêmico da incubadora, representando-a, juntamente com o Reitor, perante quaisquer instituições bancárias, repartições públicas federais, estaduais e municipais e entes congêneres, em conjunto com o Gestor local da Koneka - Unidade Incubadora do *Campus*.

§1º. Com relação aos percentuais referentes a pagamentos de taxas administrativas ao interveniente financeiro, caso a Koneka possua, se dará da seguinte forma:

- a) Dos Projetos prospectados pela Koneka para o IFRR, será destinado de 2% a 8% deste recurso para a sustentabilidade da Incubadora;
- b) Em relação a demais projetos elaborados e aprovados para execução da Incubadora e interveniência financeira, os valores destinados à Fundação de Apoio deverão ser acordados previamente a cada projeto, obedecendo o Edital de origem dos recursos e/ou o Estatuto da Fundação.

§2º. As diárias pagas para deslocamentos com o intuito de realizar ou participar de ações relacionadas a Koneka, com recursos oriundos da própria incubadora, obedecerão a uma tabela específica, com valores praticados no mercado, podendo ser a mesma utilizada pelo IFRR.

CAPÍTULO III
PROCESSO DE SELEÇÃO DOS EMPREENDEDORES E DAS EMPRESAS

Art. 11. As empresas passíveis de incubação deverão se enquadrar, preferencialmente, entre as áreas de atuação dos *Campi* do IFRR.

Art. 12. As empresas a serem admitidas como incubadas na Koneka, bem como os empreendedores da modalidade Pré-Incubação, serão escolhidos por meio de um processo de seleção, podendo ter suporte de instituições externas, conforme previsto neste Regulamento Geral.

Art. 13. O processo seletivo iniciar-se-á com a divulgação e uma chamada pública, onde serão estabelecidas as condições e critérios para a apresentação e seleção das propostas de empresas para incubação, bem como, os empreendedores da modalidade Pré-Incubação. O conteúdo básico da chamada pública está especificado a seguir:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

- a) Objeto e prazos.
- b) Modalidade e Forma de incubação: Incubação, Pré-incubação, Residente, Não Residente ou Associada.
- c) Critérios de seleção: objetivo, áreas preferenciais, apoio disponibilizado, obrigações do empreendedor, prazo de incubação e quantidade de vagas.
- d) Condições de participação.
- e) Taxas.
- f) Dados sobre abertura de propostas, julgamento, encerramento do processo de seleção e notificação.
- g) Divulgação dos resultados.
- h) Outras informações julgadas necessárias.

Art. 14. Além dos critérios estabelecidos nos artigos antecedentes, os empreendedores e empresas deverão atender às exigências expressas no Contrato de Utilização de Sistema Compartilhado de Incubação.

Art. 15. Os resultados do processo de seleção serão publicados no site da Incubadora e/ou do IFRR ou comunicado ao candidato.

CAPÍTULO IV
ADMISSÃO, PERMANÊNCIA E DESLIGAMENTO DE EMPRESAS EM INCUBAÇÃO

Art. 16. Aprovados os projetos pela Banca de Avaliação, os empreendedores serão notificados, para assinar o Contrato de Utilização de Sistema Compartilhado de Incubação pelo prazo de 6 (seis) meses (podendo ser prorrogado por mais seis meses), no caso da Modalidade Pré-Incubação, 12 (doze) meses na Modalidade Incubação Residente e Não Residente (podendo ser prorrogado por mais dois períodos de doze meses) e prazo a ser determinado em contrato para Modalidade Associada. Após receber o contrato os empreendedores terão 15 (quinze) dias para sua assinatura. Após a assinatura, terão um prazo de até 15 (quinze) dias para se instalarem na Incubadora (Modalidade Incubação Residente).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Parágrafo único. O Contrato de Utilização de Sistema Compartilhado de Incubação poderá ser renovado, dependendo do tempo que a empresa necessitará para atingir seu grau de maturidade. Isto será avaliado pela gestão da Koneka durante o acompanhamento no processo de incubação.

Art. 18. Poderá ser desligada a empresa em Incubação quando:

- a) Vencer o prazo estabelecido no Contrato de Utilização de Sistema Compartilhado de Incubação.
- b) Ocorrer desvio dos objetivos ou insolvência da empresa.
- c) Apresentar riscos à segurança humana, ambiental e patrimonial da Incubadora.
- d) Apresentar riscos à idoneidade das Empresas em Incubação ou da Incubadora.
- e) Ocorrer infração a qualquer uma das cláusulas do Contrato de Utilização de Sistema Compartilhado de Incubação.
- f) Houver iniciativa da empresa ou do Conselho de Consultores, mediante parecer escrito e fundamentado.
- g) Vencer o prazo estabelecido para assinatura do contrato ou para instalação na incubadora.
- h) Não houver o pagamento da taxa de contribuição mensal, quando cobrada, justificada pela falta de lucro por 3 (três) meses, consecutivos ou não.
- i) Não cumprimento de qualquer uma das cláusulas do Contrato de Incubação.
- j) Alcançar maturidade e estar pronta para Graduação, conforme relatórios de acompanhamento do desenvolvimento do empreendimento.

§1º. Ocorrendo seu desligamento, a Empresa em Incubação entregará à Koneka em perfeitas condições, as instalações e os equipamentos cujo uso lhe foi permitido e receberá um certificado de graduação.

§2º. As benfeitorias decorrentes de alterações e reformas porventura realizadas incorporar-se-ão, automaticamente, ao patrimônio da Incubadora.

CAPÍTULO V
USO DA INFRAESTRUTURA DA INCUBADORA

Art. 19. A Incubadora se propõe fornecer aos Empreendedores e as Empresa em Incubação os serviços e infraestrutura previstos no Contrato de Utilização de Sistema Compartilhado de Incubação obedecendo aos horários assim definidos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

a) O horário de funcionamento da secretaria da Incubadora é o mesmo utilizado pelos servidores do IFRR, sempre respeitando as posturas municipais aplicáveis.

b) A empresa que estiver estabelecida na Incubadora poderá funcionar 24 horas ininterruptamente, caso o seu sistema produtivo exigir, porém com a aprovação escrita da Gestão Sistêmica e Gestão Local em suas Unidades e sempre respeitando o estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 20. A Koneka não responderá, em nenhuma hipótese, pelas obrigações assumidas pelas Empresas em Incubação, junto a fornecedores, terceiros ou empregados.

Art. 21. Os sócios, acionistas, quotistas e/ou administradores das Empresas em Incubação, seus empregados e demais pessoas que participarem de suas atividades não terão qualquer vínculo empregatício com a Koneka.

Art. 22. À Empresa Incubada deverá manter a Gestão da Incubadora informada sobre alterações no seu quadro de colaboradores ou sócios.

Art. 23. O IFRR e a Koneka não responderão em nenhuma hipótese, pelas obrigações assumidas pela empresa incubada junto a fornecedores, terceiros ou empregados.

Art. 24. É proibido a empresa incubada ceder, alugar seu módulo/sala ou parte dele a terceiros a qualquer título.

Art. 25. Fica expressamente proibido a instalação de software não licenciado dentro das instalações da Koneka, ficando cada Empresa Incubada responsável, civil e penalmente, por tudo que estiver instalado em seu equipamento.

Art. 26. A Empresa em Incubação poderá utilizar serviços de terceiros e os oferecidos pela Koneka ou por órgãos conveniados, na forma estabelecida no Contrato de Utilização de Sistema Compartilhado de Incubação.

Art. 27. Será de responsabilidade da Empresa em Incubação a reparação dos prejuízos que venha a causar às instalações da Koneka ou a terceiros, em decorrência da utilização da estrutura física da Incubadora, não respondendo a Koneka por qualquer ônus desta natureza.

Art. 28. As ligações de máquinas, aparelhos ou equipamentos que exijam consumo de energia elétrica, água ou outra utilidade, além do estabelecido, bem como a exploração de ramo industrial que implique aumento de risco e periculosidade dependerão de prévia autorização, por escrito, da Gestão da Koneka, que poderá exigir da Empresa em Incubação as modificações que se fizerem necessárias nas instalações cujo uso lhe foi permitido.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Art. 29. Sempre que necessário, para garantir a segurança das instalações, será solicitado da Empresa em Incubação executar, com recursos próprios, reparos, reformas ou alterações na estrutura física ocupada.

Art. 30. O uso das instalações da Incubadora por pessoal de responsabilidade das Empresas em Incubação subentende a observância de todas as regras de horário, postura e de comportamento exigidas pela Koneka.

Art. 31. A manutenção da segurança, limpeza e ordem na área de seu uso exclusivo, será de responsabilidade de cada Empresa em Incubação, com estrita observância da legislação, regulamentos e posturas aplicáveis em matéria de higiene, segurança e preservação do meio ambiente.

Art. 32. Pelo uso dos serviços e infraestrutura da Koneka, as Empresas em Incubação pagarão, mediante a apresentação de faturas acompanhadas de demonstrativos, os custos fixados no Contrato de Utilização de Sistema Compartilhado de Incubação.

Art. 33. Para preservar o sigilo de todas as atividades em execução, na Incubadora e nas Empresas em Incubação, a circulação de pessoas dependerá de prévio credenciamento e restringir-se-á às partes que forem designadas.

Art. 34. As Empresas em Incubação deverão responder pela segurança interna de suas salas, efetuando seguro, em relação aos equipamentos, instalações e outros bens de sua propriedade ou recebidos a título de empréstimo da Koneka e ainda pelas condições de segurança dos seus equipamentos e das informações tecnológicas, que ainda não estejam cobertas por patente, eximindo a Koneka de qualquer responsabilidade, por eventual espionagem industrial ou ações desta natureza.

CAPÍTULO VI
DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 35. O patrimônio da Koneka será constituído por receitas oriundas de:

- a) Doações, legados, auxílios, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.
- b) Participação em projetos de instituições de fomento à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e de incentivo às micro e pequenas empresas;
- c) Subvenção dos poderes públicos federal, estadual e municipal;
- d) Prestação de serviços e treinamentos realizados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

- e) Aluguéis para uso temporário de seus ambientes de uso compartilhado;
- f) Percentual de projetos de empresas incubadas, prospectados com o apoio da incubadora;
- g) Taxa de retorno das empresas graduadas, pelo mesmo período que esteve incubada, correspondentes ao custo que proporcionou à incubadora ou de 1% a 2% do seu faturamento do último ano de incubação, ou ainda, por definição em contrato.
- h) Rendimentos do patrimônio próprio e
- i) Quaisquer outras receitas decorrentes de atos lícitos e compatíveis com a finalidade da Incubação e com este Regulamento.

Parágrafo único. O patrimônio da Koneka, em nenhuma hipótese, poderá ter aplicação diversa da estabelecida neste Regimento.

Art. 36. Para arcar com os gastos rotineiros, caso necessário, a Koneka subsistirá, principalmente, na forma de “coparticipação” de empresas, em que todos os gastos com água, luz, telefone, expediente, inclusive com a contratação de pessoal necessário à infraestrutura e outros encargos que serão rateados entre os empreendedores das empresas incubadas.

§1º. A coparticipação se dará conforme o estabelecido nos Contratos de utilização de Sistema Compartilhado de Incubação.

§2º. As despesas da Koneka devem guardar estreita e específica relação com sua finalidade e devem estar de acordo com o programa orçamentário.

Art. 37. Os membros do Conselho de Consultores bem como o Gestor e as empresas incubadas não respondem pessoalmente, seja solidária, seja subsidiariamente, pelas obrigações ou compromissos assumidos pela incubadora.

Art. 38. O desenvolvimento das ações da Koneka deverá observar a Lei Nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004 - Lei da Inovação, bem como demais legislações correlatas, quando necessário.

Art. 39. Quando houver participação da Koneka, junto a qualquer empresa incubada, na pesquisa, desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de técnicas, processos ou produtos suscetíveis de propriedade intelectual, a Lei da Propriedade Intelectual, Lei 9.279 de 14 de maio de 1996, deve ser observada para a definição da participação da Koneka no domínio das respectivas patentes, modelos de utilidade e/ou demais propriedades industriais.

Parágrafo único. As questões de propriedade intelectual serão tratadas caso a caso, considerando-se o grau de envolvimento da Incubadora no desenvolvimento ou aperfeiçoamento de modelos ou processos utilizados pelo empreendedor e empresa em incubação, com observância da legislação aplicável e em consonância com a Política de Inovação do IFRR.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

**CAPÍTULO VII
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO**

Art. 40. O exercício financeiro da Koneka terá início no dia 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro, quando serão levantados pelo Gestor da Unidade Incubadora, por meio do interveniente financeiro, se for o caso, os demonstrativos e balanços financeiros exigidos pela legislação vigente e por este Regulamento, além de quaisquer outros relatórios que o presidente do Conselho de Consultores julgar conveniente.

§1º. O prazo para que o Gestor da Unidade Incubadora, por meio do Interveniente Financeiro (caso aja vinculação do CNPJ da Incubadora) proceda a esta prestação de contas anual é de 60 (sessenta) dias, após o encerramento do exercício.

§2º. O Gestor da Unidade Incubadora encaminhará as contas do exercício ao Gestor Sistemico, que por sua vez encaminhará ao Conselho de Consultores, que terá prazo de 30 (trinta) dias para examiná-las e exarar o parecer.

§3º. Recebido o parecer do Conselho de Consultores, juntamente com as contas do exercício, o referido Conselho terá prazo de 30 (trinta) dias para examiná-las, se for o caso, em reunião ordinária.

Art. 41. O Gestor Sistemico apresentará ao Núcleo de Inovação Tecnológica o Plano de Ação e a proposta orçamentária para cada exercício, referente ao custeio e a aplicação de recursos da Koneka, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ao fim do exercício anterior.

§1º. O Núcleo de Inovação Tecnológica terá prazo de 30 (trinta) dias para deliberar sobre a proposta orçamentária.

§2º. Por solicitação do Gestor Sistemico da Koneka e aprovado pelo Núcleo de Inovação Tecnológica, o orçamento poderá ser revisto e modificado, durante o correspondente exercício.

§3. Uma vez aprovada a proposta orçamentária, ou esgotado o prazo para que o Núcleo de Inovação Tecnológica delibere sobre ela, o Gestor Sistemico da Koneka ficará autorizado a realizar as despesas nela previstas, desde que estejam os recursos disponibilizados.

Art. 42. A destinação dos resultados líquidos provenientes das atividades da Koneka e apurados ao final de cada exercício será vedada a distribuição de dividendos de espécie alguma ou qualquer parcela de seu patrimônio, a título de lucro ou participação nos resultados, a seus administradores, conselheiros, mantenedores ou associados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. Os membros do Conselho de Consultores não serão remunerados.

Art. 44. No caso de dissolução da Koneka, o que se dará nos casos previstos em lei ou por deliberação expressa do Reitor do IFRR e pelo Conselho de Consultores, o patrimônio social remanescente da liquidação dos créditos e débitos será destinado ao IFRR.

Art. 45. Fica eleito como competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente Regimento o Foro da Comarca de Boa Vista-RR.

Art. 46. Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor do IFRR e Conselho de Consultores.

Art. 47. Este Regimento entra em vigor, conforme previsto no Art. 2º da Resolução nº 512-CONSUP/IFRR, de 30 de junho de 2020.